José Madureira Pinto

Análise Social, vol. XIII (49), 1977-1.º, 97-144

Ideologias: inventário crítico dum conceito (II)

PARTE II

SOBRE O «TRABALHO IDEOLÓGICO» NA MATÉRIA SIGNIFICANTE DA LÍNGUA

Concluímos da parte I deste trabalho [1] que a problemática do materialismo histórico, apesar de se opor estruturalmente à da «acção humana», que, por idealista, não chega a constituir as ideologias em *problema sociológico*, não terá produzido ainda uma rede conceptual adequada a um conhecimento científico da «dimensão significativa» das sociedades.

Ter em conta a especificidade de funcionamento do ideológico, que aliás associávamos ao domínio da *produção social de sentido*, é — dissemo-lo também — uma das condições necessárias à construção duma teoria das ideologias.

Se, através do conceito de *prática ideológica*, pudemos assinalar já alguns importantes elementos para uma análise do referido domínio, tentaremos restituir nesta parte II propostas teóricas várias que, remetendo directamente para a questão do *modo de existência do ideológico na matéria significante da língua*, nos permitam precisá-la e especificá-la. Situar-nos-emos para isso no contexto disciplinar das chamadas *ciências da linguagem*, tentando circunscrever, de forma adequada ao objectivo deste trabalho, os espaços conceptuais que, a propósito do problema da significação, aí se têm vindo a desenhar.

1. AS TÉCNICAS NÃO LINGUÍSTICAS E A LINGUÍSTICA ESTRUTURAL NA ANÁLISE DAS SIGNIFICAÇÕES

Convém não esquecer, entretanto, que a preocupação de analisar enunciados linguísticos de modo relativamente sistemático — frequentemente, aliás, com o objectivo de estudar as ideologias — coube, e cabe ainda hoje, a disciplinas do continente das ciências sociais, como a sociologia, a psicologia, a ciência política, a história, etc., teórica e institucionalmente divorciadas das ciências da linguagem.

Mesmo sem pensar nos procedimentos classificados pelos manuais de metodologia das ciências sociais como técnicas *clássicas* de análise docu-

[1] Vd. «Ideologias: inventário crítico dum conceito (I)», in *Análise Social*, XII, n.º 45, 1976, pp. 127-152.

mental [2] — os quais, quando muito, permitem esboçar de forma *impressionista* o presumível sentido dos textos (o que o autor «quis dizer») —, parece-nos conveniente deixar caracterizadas aqui, ainda que superficialmente, as técnicas que, no âmbito das disciplinas acima referidas, são accionadas com o objectivo de dar conta da «significação» dos enunciados linguísticos implicados na análise.

Vale a pena assinalar um atributo que lhes é comum: trata-se, em qualquer dos casos, de procedimentos de análise alheados ou notoriamente desfasados em relação às aquisições, hoje incontestadas, da teoria linguística (referimo-nos, evidentemente, à linguística post-saussuriana).

O registo sistemático da ocorrência de certos signos linguísticos, a análise cruzada das respectivas frequências relativas, com vista à detecção de lacunas ou regularidades estatísticas que, do ponto de vista da investigação em causa, se considerem pertinentes — tais são os objectivos da chamada *semântica quantitativa,* um dos instrumentos analíticos que os manuais já referidos incluem no grupo das técnicas documentais *modernas* (ou de base quantitativa). Se é verdade que, enquanto procedimento eminentemente descritivo e exploratório, o seu accionamento é susceptível de produzir resultados úteis na investigação sobre as ideologias, pode, com igual segurança, afirmar-se que, nesse domínio, qualquer trabalho que se apoie exclusiva ou privilegiadamente na semântica quantitativa se arriscará a acumular desconhecimentos sobre o objecto de análise.

Desde logo porque, nestas condições, ela transporta quase inevitavelmente um pressuposto teórico-ideológico que a linguística há muito se encarregou de designar como obstáculo à sua progressão, pondo-o deliberadamente em causa: o pressuposto de que existe uma relação biunívoca entre significante e significado, ou seja, o de que a ocorrência de um signo linguístico está necessariamente associada à «presença» de determinado «conteúdo de pensamento» e vice-versa. Bastará que se aceite — como, aliás, parece inevitável, dado o actual estado de desenvolvimento da linguística — o carácter *polissémico* dos vocábulos, para claramente se apontar o vício de tal pressuposto e as consequentes limitações da técnica que o veicula.

Tentar restituir, através de métodos estatísticos adequados, as principais redes de *relações* entre os elementos recenseados, com vista à delimitação dos respectivos *contextos* verbais e, portanto, à detecção das formas elementares de *organização* dos enunciados linguísticos, será então o prolongamento mínimo que técnicas como a semântica quantitativa terão de assegurar para poderem tornar-se instrumentos úteis na delimitação dos *efeitos de sentido* desses enunciados, e não apenas no registo de vocábulos que neles sejam quantitativamente mais salientes.

Na sequência das investigações de Charles Muller [3], é já nesse sentido que hoje se orientam os estudos de *estatística lexical* (ou *lexicometria*). Apesar de se debater ainda com problemas tão decisivos como o da definição não ambígua da própria unidade ou norma lexicológica (palavra, vocábulo, lexia?) [4], a lexicometria tem obtido progressos assinaláveis na

---

[2] Cf., por exemplo, R. Pinto e M. Grawitz, *Méthodes des sciences sociales,* Paris, Dalloz, 1967 (2.ª ed.).

[3] Veja-se, deste autor, *Initiation à la statistique linguistique,* Paris, Larousse, 1968.

[4] Cf. J. Dubois, L. Guespin e outros, *Dictionnaire de la linguistique,* Paris, Larousse, 1973, p. 450.

análise estatística dos contextos verbais, através da construção e utilização de diversos *índices de co-ocorrências*. O índice de co-frequência, que mede a frequência de aparição de um termo na vizinhança de um outro, o índice de proximidade, que assinala a amplitude dessa vizinhança, e o índice de desvio, que dá conta da diferença entre a ocorrência esperada do termo e a sua ocorrência observada, são exemplos de medidas estatísticas accionadas pela lexicometria [5].

A utilização da semântica quantitativa sob o comando de hipóteses teóricas formuladas no âmbito de disciplinas como a sociologia, a história, a ciência política, etc., é frequentemente solidária, entretanto, de um outro pressuposto: o de que existe um pleno isomorfismo entre posições na estrutura social e léxicos, por forma a cada grupo social poder ser rigorosamente identificado pelo emprego que faça de certos conjuntos específicos de palavras.

Para além de, por seu intermédio, se reduzir o problema da significação dos enunciados ao da delimitação do *stock* lexical que actualizam — o que, por razões já invocadas, é insustentável na perspectiva das teorias linguísticas disponíveis —, tal pressuposto envolve ainda outros obstáculos epistemológicos.

Um deles corresponde a encarar a linguagem como instrumento ao serviço de um grupo social na satisfação das suas necessidades específicas: trata-se, como diz Verón, de uma concepção «instrumental-funcional» de linguagem [6], incapaz de abrir espaço para a elaboração de uma teoria das relações entre conjuntos de enunciados linguísticos e respectivos «geradores» sociais. O outro obstáculo — decorrente em parte, pelo menos, do primeiro — consiste em elidir a especificidade de funcionamento do ideológico nas práticas discursivas: porque, segundo o pressuposto que vimos comentando, é directa, não mediatizada, a correspondência que se estabelece entre léxicos e grupos sociais seus portadores, torna-se grande o risco de qualquer pesquisa sobre o ideológico que se apoie na semântica quantitativa desembocar numa ingénua identificação das ideologias com conjuntos não organizados de elementos lexicais; o conceito de prática ideológica que desde a parte I deste trabalho vimos assumindo permite-nos rejeitar, sem hesitações, tal identificação.

A *análise de conteúdo* é outra das técnicas de base quantitativa que as ciências sociais não especializadas na produção de conhecimentos sobre a linguagem utilizam com frequência na recolha de informação contida em enunciados linguísticos.

Se é possível delimitar o espectro de possibilidades que esta técnica oferece, através de uma fórmula tão simples como a que Lasswell nos propõe — a análise de conteúdo, diz-nos ele, permite compreender «quem» diz «o quê» «a quem» e «como» [7] —, nem por isso tem sido fácil resolver os problemas metodológicos que a sua utilização necessariamente envolve. Tentemos isolar alguns deles.

O ponto de partida no accionamento da análise de conteúdo consiste na tradução das hipóteses teóricas enformadoras da pesquisa, em categorias

---

[5] Cf. Régine Robin, *Histoire et linguistique*, Paris, Armand Colin, 1973, p. 133.

[6] Cf. Eliseo Verón, *Condiciones de producción, modelos generativos y manifestación ideológica*, Buenos Aires, 1970 (policopiado).

[7] Citado por Violette Morin, *L'écriture de presse*, Paris, Mouton, 1969, p. 19.

temáticas ajustadas à classificação dos elementos linguísticos em causa. Além dos problemas metodológicos que, em ciências sociais, habitualmente se põem, na fase de construção de variáveis da investigação empírica [8], outro há que, por força das próprias características da técnica, aqui terá de se enfrentar. Como dissemos, a análise de conteúdo é normalmente accionada no âmbito de disciplinas alheadas dos contributos teóricos das ciências da linguagem. Poder-se-á então prever que a grelha de análise resultante do referido processo de elaboração de variáveis só permita determinar o (um) sentido dos enunciados, pondo entre parênteses a respectiva estrutura linguística. Dir-se-á, por isso, que, na análise de conteúdo, são, afinal, as hipóteses *não linguísticas* da pesquisa que comandam o tratamento do material linguístico visado — o que, se não é obstáculo insolúvel a uma legítima utilização da técnica, implica, pelo menos, limitações sérias ao seu aproveitamento como meio de trabalho adequado à restituição do funcionamento ideológico na matéria significante da língua. Esta dificuldade repercute-se, evidentemente, em fases posteriores do processo de accionamento da análise de conteúdo. Desde logo, no momento seguinte. Trata-se, neste caso, de optar pelo tipo de *unidade de análise* (palavra, frase, parágrafo, etc.) a reter, com vista à distribuição dos elementos contidos no material linguístico pelas categorias predefinidas, bem como, posteriormente, ao tratamento matemático das partições efectuadas. Não sendo particularmente dramática a opção, quando a pensamos em termos estritamente operatórios, o mesmo não se poderá dizer se, através dela, igualmente se pretender salvaguardar a *pertinência linguística* da unidade de significação seleccionada. É bastante pessimista o juízo de Violette Morin acerca dos esforços efectuados nesse sentido: «Os progressos realizados não resolveram, até hoje, o dilema da unidade de significação como segmento único de duas dimensões: a dimensão lexical e a dimensão sintáctica.» [9] Só que, ultrapassar o dilema, como a autora claramente pretende [10], de forma alguma equivale a resolver a questão que atrás se enunciou. Pelo contrário: qualquer decisão metodológica pressupondo a possibilidade de se circunscrever o sentido de um enunciado, sem ter em conta o seu funcionamento propriamente linguístico, deve, por princípio, considerar-se ilegítima.

A referência à semântica quantitativa e à análise de conteúdo não deve fazer-nos esquecer qual o objectivo fundamental deste número. Como logo no seu início afirmávamos, pretende-se, através dele, destacar no conjunto de resultados que as ciências da linguagem têm vindo a obter elementos que nos permitam progredir no conhecimento do processo de produção social de sentido, isto é, na delimitação do que constitui a especificidade da prática ideológica.

Alguns dos vectores por que recentemente se tem orientado a linguística parecem-nos, a este respeito, particularmente sugestivos. Não sendo, con-

---

[8] Ver, a este propósito, João Ferreira de Almeida e José Madureira Pinto, «Teoria e investigação empírica nas ciências sociais», in *Análise Social*, n.os 42/43, Lisboa, G. I. S. pp. 422-442, republicado em *A Investigação nas Ciências Sociais*, Lisboa, Presença, 1976.

[9] Violette Morin, *L'écriture de presse*, Paris, Mouton, 1969, p. 24.

[10] Em vez de unidades de significação, devem, segundo ela, destacar-se unidades de informação («le *sujet* des prédicats de l'information») que permitam designar «os elementos persistentes de uma informação a outra e tornar objectiva a enumeração *daquilo que se repete* através *daquilo que se altera*».

tudo, possível definir-lhes a direcção, sem os situar por referência ao conjunto conceptual e aos pressupostos implicados na/pela *ruptura objectivista* de Ferdinand de Saussure, é a estes que imediatamente nos iremos reportar.

A elaboração do conceito dicotómico *língua/fala* e a atribuição ao primeiro destes termos de um estatuto de *sistema* cujo *funcionamento* se presume cientificamente restituível são, como se sabe, as operações mais salientes dessa ruptura, delas tendo dependido, consequentemente, a própria definição do objecto teórico da linguística. «Separando a língua da fala, separa-se ao mesmo tempo: 1.º o que é social e o que é individual; 2.º o que é essencial e o que é acessório ou mais ou menos acidental. A língua não é uma função do sujeito falante, é o produto que o indivíduo regista passivamente [...]. A fala é, pelo contrário, um acto individual de vontade e de inteligência no qual convém distinguir as combinações pelas quais o sujeito falante utiliza o código da língua com vista a exprimir o seu pensamento pessoal e o mecanismo psicofísico que lhe permite exteriorizar estas combinações.» [11]

Definida como instituição social [12], mas também como código que determina as possibilidades combinatórias em que se decompõem os enunciados linguísticos, a língua pode considerar-se, do ponto de vista destas unidades, como *sistema de signos*. Mais importante do que o facto de Saussure ter definido signo linguístico como uma associação indissolúvel de dois elementos — o *significante* e o *significado*, isto é, «imagem acústica» e «conceito», entretendo relações de pressuposição recíproca — terá sido a sua preocupação em acentuar, através do conceito de *valor*, o carácter diferencial de tais unidades: «Numa língua», diz-nos ele, «um signo não se define como tal senão no âmbito dum conjunto de outros signos. Retira o seu valor, o seu rendimento, das oposições que com ele estabelece. Um signo define-se, pois, pelas suas relações com os que o envolvem... Separando o signo do sistema que lhe confere o valor, privamo-nos do único meio que temos para definir a sua existência linguística.» [13] Dois tipos de relações permitem restituir as «diferenças de sons» e «diferenças de ideias» constitutivas do sistema da língua: as que se estabelecem entre os elementos de um enunciado efectivamente produzido *(relações sintagmáticas)* e as que, por virtude de um qualquer critério de oposição ou identidade, se estabelecem entre os termos que constituam alternativa para um outro efectivamente existente na cadeia sintagmática *(relações paradigmáticas)*.

Esta concepção de língua como *sistema de relações* teve importantes consequências no desenvolvimento da linguística do século XX. Bastará recordar os trabalhos do Círculo Linguístico de Praga no domínio da fonologia, os da escola dinamarquesa da glossemática na formalização da língua e os do distribucionalismo na análise das classes gramaticais a partir dos contextos verbais das unidades linguísticas — todos eles muito próximos das teses saussurianas — para disso nos apercebermos com clareza.

---

[11] Ferdinand de Saussure, *Cours de linguistique générale*, Paris, Payot, 1968, pp. 30-31.

[12] A preocupação de Saussure em considerar a língua como instituição social não é, evidentemente, indiferente às propostas teóricas da sociologia académica, dominantes nas primeiras décadas deste século.

[13] Citado por J. Dubois, L. Guespin e outros, *Dictionnaire de la linguistique*, Paris, Larousse, 1973, p. 277.

De um autor identificado com a segunda de tais tendências (Louis Hjelmslev) vale a pena reter, pela importância que veio a assumir na «análise semiológica» das ideologias, a seguinte proposta de conceituação [14].

Tanto no *plano da expressão* (plano dos significantes) como no *plano do conteúdo* (plano dos significados) é possível opor a *forma* à *substância* respectiva. O modo como o plano da expressão se segmenta e é estruturado pelas relações paradigmáticas e sintagmáticas nele definidas constitui a *forma da expressão.* As mesmas unidades formais podem, entretanto, realizar-se em *substâncias da expressão* diferentes (fónica, gráfica). Para se compreender a distinção entre forma e substância do conteúdo, podemos recorrer a um exemplo: não é possível, em geral, estabelecer uma correspondência biunívoca entre os termos que designam, nas diferentes línguas, os elementos do espectro das cores *(brown/brun, marron).* Pode então reservar-se a designação de *forma de conteúdo* para o modo de estruturação semântica próprio de cada língua que, em relação ao espectro das cores, como em relação a qualquer outro eixo semântico, estabelece as suas fronteiras, não totalmente coincidentes com as estabelecidas por outras línguas. O eixo semântico, «o fundo sobre o qual se destaca a articulação da significação» [15], corresponde ao que se pode designar por *substância do conteúdo.*

Parece ser em torno do problema da significação que justamente se têm vindo a condensar as maiores dificuldades na análise das manifestações linguísticas.

Reportando-se a uma região de matriz teórica da linguística onde a progressão de conhecimentos depende estreitamente da articulação desta com uma teoria das ideologias e, portanto, com uma teoria das formações sociais, a análise da significação — a «semântica» — ressente-se, evidentemente, da rígida comparticipação disciplinar que, no continente das ciências sociais, tem vindo a institucionalizar como distintos e estanques os «domínios» da «linguagem» e da «sociedade».

O recalcamento das «questões de semântica» no quadro dos estudos linguísticos tem, contudo, uma outra razão de ser.

Para romper a «homogeneidade cúmplice entre a prática e a teoria da linguagem» [16] e se constituir como disciplina científica autónoma, a linguística teve de se demarcar perante as concepções que tradicionalmente lhe estipulavam um estatuto de instrumento ao serviço da *compreensão do sentido* dos «textos». A partir do momento em que, com Saussure, a língua passa a ser encarada como um *sistema* de signos e de valores, restituível do ponto de vista do seu *funcionamento,* perde-se a referência que lhe atribuía a *função* específica de exprimir sentido. Para poder construir o espaço da sua própria cientificidade. o estudo da linguagem abandona, assim, os fenómenos de grande dimensão forçosamente implicados nos múltiplos actos de fala (e, portanto, nos «textos»), para privilegiar os mecanismos de combinação e substituição situados num nível inferior ao da frase.

---

[14] No parágrafo seguinte transcreve-se o que, em trabalho de colaboração com João Ferreira de Almeida, deixámos já dito: cf. «Significação conotativa nos discursos das ciências sociais», in *Análise Social,* n.os 35/36, Lisboa, G. I. S., 1973, republicado em *A Investigação nas Ciências Sociais.*

[15] Cf. A. J. Greimas, *Du sens — essais sémiotiques,* Paris, Seuil, 1970, p. 95.

[16] Michel Pêcheux, «Analyse de contenu et théorie du discours», in *Bulletin du C. E. R. P.,* 1967.

A elaboração pela chamada *gramática generativa* de uma teoria linguística da frase não parece, entretanto, ter suscitado progressos notórios na análise da significação. Voltados sobretudo para a reformulação do conceito de língua (*competência*, na terminologia de Chomsky), através da inclusão no seu âmbito do elemento criatividade, tido como indispensável à produção e compreensão de frases, e não, propriamente, para a crítica do carácter não dialéctico da dicotomia língua/fala ou, sequer, para a conceituação desta última (*performance*), os generativistas não conseguiram resolver, de forma satisfatória, o problema da produção de efeitos de sentido nos enunciados linguísticos. A teoria semântica de Katz e Fodor é, a este respeito, particularmente elucidativa.

Apoiando-se nos primeiros trabalhos de Chomsky, afirmam os autores que a interpretação semântica de um enunciado linguístico pressupõe, para além da referência a uma gramática preexistente, a definição de um «dicionário» cujas entradas restituam o conteúdo semântico das unidades lexicais em causa e ainda a elaboração de um conjunto de «regras de projecção», estipulando as possibilidades combinatórias de tais unidades no contexto dos enunciados. Cada elemento do «dicionário» é definido, segundo Katz e Fodor, pelas suas características gramaticais (*grammatical markers:* substantivos, adjectivos, etc.; masculino, feminino, etc.), por traços semânticos remetendo para categorias gerais de significação (*semantical markers:* celibatário = «humano» e «do sexo masculino»), e, finalmente, por diferenciadores destinados a assinalar o que é próprio ou específico de um termo (*distinguishers:* celibatário = «que nunca se casou»).

Sendo legítimo afirmar, com Georges Mounin [17], que a proposta de Katz e Fodor quase se limita a recuperar, formalizando-a, a tese aristotélica segundo a qual um termo se define sempre pelo seu género próximo e pela sua diferença específica, vale a pena ter em conta, de forma crítica ainda, outros importantes pressupostos da teoria.

Um deles é claramente explicitado pelos próprios autores: a interpretação das componentes semânticas da frase não tem de se referir à situação, às circunstâncias em que esta é pronunciada. Tal referência, dizem-nos, implicaria, ao limite, que a teoria semântica se visse forçada a recorrer à totalidade de conhecimentos disponíveis sobre o contexto situacional e/ou sobre o modo de apreensão do mesmo pelo falante. Não poderá deixar de se anotar, entretanto — porque justamente se localiza aí um dos limites da semântica de Katz e Fodor —, o modo como, apesar de expressa decisão metodológica em contrário, a situação acaba por ser introduzida na teoria. Ignorando que a categorização implícita no «dicionário» é convencional e os seus fundamentos remetem para o complexo de estruturas e práticas duma formação social, Katz e Fodor deixam entrar «pela janela do lexema», sem que disso se apercebam, o que antes tinham expulsado «pela porta da frase» [18].

A afirmação de que o universo semântico é constituído por «*átomos*» de sentido, operando por combinação («amálgamas»), aponta outro princípio da teoria. O conceito de *valor linguístico* formulado já por Saussure, bem como algumas sugestões do próprio Chomsky para que, em matéria de semântica, nunca sejam ignoradas as *relações* existentes entre as entradas

---

[17] Georges Mounin, *Clefs pour la sémantique*, Paris, Seghers, 1972, p. 168.
[18] Id., *ibid.*, mesma página.

lexicais do sistema linguístico, são, evidentemente, marcos indispensáveis para uma sua crítica frontal.

A recusa em admitir que a interpretação da maior parte das frases tem de recorrer ao respectivo contexto discursivo corresponde a um pressuposto mais da semântica de Katz e Fodor. A necessidade que, contudo, eles próprios sentem de introduzir nas suas análises critérios contextuais (transformação de sequências de frases numa só, utilização de «regras de projecção» para determinar o sentido de um termo) mostra claramente, cremos nós, a fragilidade do pressuposto [19].

Parece-nos inconveniente prosseguir o esforço de inventariação que nos propusemos sem, desde já, tentarmos um primeiro balanço, uma conclusão de passagem.

Numa fase inicial deste número referimo-nos a algumas das técnicas de pesquisa que as ciências sociais não especializadas na produção de conhecimentos sobre a linguagem correntemente utilizam para darem conta da «significação» dos enunciados linguísticos com que trabalham. Cientes de que, na pesquisa empírica, o accionamento de tais técnicas é sempre comandado por um conjunto de hipóteses teórico-ideológicas sobre o processo de produção social de sentido e/ou sobre o funcionamento linguístico dos enunciados, procurámos explicitar aquelas que, num ou noutro desses domínios, mais frequentemente implicassem a obtenção de desconhecimentos acerca do problema da significação.

O pressuposto segundo o qual existe uma correspondência biunívoca entre significante e significado, de tal modo que, ao limite, o problema do sentido dos enunciados parece poder reduzir-se ao da determinação do conjunto de elementos que nele ocorrem mais frequentemente, está, como vimos, na base de inúmeros trabalhos de pesquisa sobre a significação que, desprevenidamente, privilegiam a técnica da semântica quantitativa. Verificámos, entretanto, que a transformação de tal procedimento num sentido paralelo ao de alguns desenvolvimentos da lexicometria permitia alargar-lhe o âmbito de potencialidades na análise de enunciados linguísticos: através dessa transformação salvaguardar-se-ia, com efeito, a possibilidade de se restituírem os contextos verbais dos signos estatisticamente mais relevantes e, portanto, as formas rudimentares de organização global dos enunciados.

Tentámos situar depois algumas limitações da análise de conteúdo clássica. Sublinhando que a construção de categorias temáticas se efectua sempre sob o comando de hipóteses teóricas não linguísticas e o estabelecimento da unidade de análise obedece a critérios de pertinência divorciados dos que as ciências da linguagem puderam já formular, apontámos a incapacidade de tal técnica para resolver satifatoriamente o problema da significação. Assumir a necessidade de contextualização das unidades linguísticas analisadas, sem, concomitantemente, atender à estrutura dos enunciados,

[19] Caberia aqui uma referência desenvolvida ao conjunto de investigações que, sob a designação de *semântica generativa,* tem posto em causa, não só os pressupostos da teoria de Katz e Fodor, como ainda algumas teses «clássicas» das gramáticas generativas e transformacionais. Não sendo os objectivos deste trabalho compatíveis com esse desenvolvimento, limitar-nos-emos a assinalar por ora que os contributos mais importantes desta corrente se orientam para a reformulação de questões como a das fronteiras entre sintaxe e semântica, para o estabelecimento de relações entre as estruturas lógicas das representações semânticas e as estruturas de superfície das frases, etc. No livro, de Michel Galmiche, *Sémantique générative* (Paris, Larousse, 1975) encontrar-se-á uma excelente síntese dos trabalhos a que nos referimos.

impede de facto, quanto a nós, que a análise de conteúdo possa cumprir o mais importante dos objectivos que Lasswell lhe estipula: restituir «o que» e «como» se diz.

Se é verdade que, a partir de Saussure, a linguística passa a dispor do precioso conceito de valor para dar conta do contexto verbal dos signos linguísticos, nem por isso podemos afirmar — foi outra das conclusões a que chegámos — que no âmbito da problemática saussuriana tenham surgido progressos assinaláveis na análise da significação. A ruptura objectivista que permitiu criar um espaço de cientificidade na análise da linguagem e esteve na base da emergência de tal conceito implicou, como vimos, o abandono do terreno dos enunciados efectivamente produzidos (o terreno da fala), em benefício quase exclusivo do do sistema que lhes é comum (o terreno da língua): a centragem da análise linguística sobre os mecanismos de nível inferior ao da frase e, paralelamente, o recalcamento das questões de semântica foram, por isso mesmo, inevitáveis.

É ainda no quadro de uma oposição não dialéctica entre o sistema da língua (competência) e a natureza «multiforme e heteróclita» dos actos de fala *(performance)* que uma teoria linguística da frase se desenha. Tendo acompanhado, a propósito das teses de Katz e Fodor, algumas consequências deste alargamento de âmbito no domínio da semântica, pudemos constatar-lhe limitações sérias, uma vez mais por ausência de uma perspectiva de contextualização plenamente assumida em termos teóricos.

A afirmação implícita de um estreito isomorfismo entre posições sociais e léxicos e a consequente elisão da especificidade da prática ideológica correspondem ao outro tipo de pressupostos que o accionamento das técnicas de análise linguística normalmente envolve. Ignorando toda a complexa rede de mediações a partir das quais se torna possível pensar a articulação entre os fenómenos linguísticos e os «locais» sociais da sua produção, tais pressupostos impedem então uma efectiva progressão do conhecimento na análise das significações: «compreender como o que hoje é tendencialmente a mesma língua [...] autoriza funcionamentos de 'vocabulário-sintaxe' e 'raciocínios' antagónicos» [20], ou seja, perceber como, através duma mesma matéria significante, se produzem efeitos de sentido não só diversos, como contraditórios, torna-se, portanto, nessa perspectiva, rigorosamente impraticável.

Poderão as conclusões esboçadas apontar, apesar do tom eminentemente crítico de que se revestem, vias positivas para a análise da significação dos enunciados linguísticos? Cremos que sim.

Do que dissemos resulta, em primeiro lugar, que um enunciado linguístico nunca é redutível, do ponto de vista da produção de sentido, à sequência atomizada de frases que o compõem. Só uma linguística capaz de restituir, no nível de intervenção que lhe é próprio, a organização específica (transfrásica) dos enunciados constituirá, por conseguinte, instrumento adequado à análise da significação [21]: o que dissemos sobre a

---

[20] Michel Pêcheux, *Les vérités de La Palice,* Paris, F. Maspero, 1975, p. 22.

[21] «[...] é evidente que o próprio discurso (como conjunto de frases) é organizado e que, através dessa organização, aparece como a mensagem duma outra língua superior à língua dos linguistas: o discurso tem as suas unidades, as suas regras, a sua 'gramática': situado para além da frase e embora composto unicamente por frases, o discurso deve naturalmente ser objecto de uma segunda linguística.»

problemática saussuriana autoriza-nos, portanto, a afirmar, com alguma segurança, que o trajecto teórico ora proposto inevitavelmente se virá a realizar nos limites de uma *linguística da fala* [22].

Das tomadas de posição anteriores depreende-se ainda que entendemos ser impossível resolver as questões de semântica independentemente de considerações sobre o «extralinguístico», isto é, sem uma referência aos «factores» da comunicação linguística que a semiótica tradicionalmente inclui na *pragmática* [23].

Sem de modo algum estarmos a subscrever, à partida, todas as tentativas que a linguística tem efectuado no sentido de introduzir a «situação» de enunciação e as relações emissor/receptor para decidir sobre a significação dos enunciados, queremos, apesar de tudo, afirmar, na sequência do conjunto de conclusões a que chegámos, que a progressão do conhecimento acerca do efeito de sentido dos enunciados linguísticos não poderá deixar de se fazer num contexto que tenha em conta as respectivas *condições de produção*. Parece-nos também ser de prever que só no âmbito deste tipo de preocupações se possam buscar elementos importantes para uma definição da especificidade do ideológico. Outra boa razão para, como tal, as assumirmos.

Reivindicar a necessidade de uma análise semântica ajustada à natureza transfrásica dos enunciados, por um lado, e negar a possibilidade de se divorciar o funcionamento dos fenómenos linguísticos de dimensão superior à frase das respectivas condições de produção, por outro, implicam, afinal, que a nossa atenção passe a incidir sobre manifestações linguísticas entendidas como *discursos*. É, aliás, o que resulta de propostas terminológicas como a de L. Guespin: «[...] o enunciado é a sequência de frases emitidas entre dois vazios semânticos, duas paragens da comunicação; o discurso é o enunciado considerado do ponto de vista do mecanismo discursivo que o condiciona. Assim, um olhar lançado sobre um texto, do ponto de vista da sua estruturação como 'língua', faz dele um enunciado; um estudo linguístico das condições de produção deste texto fará dele um discurso.» [24]

(Roland Barthes, «Introduction à l'analyse structurale des récits», in *Communications*, n.º 8, Paris, Seuil, 1966.)

[22] Mais do que estarmos a assumir a noção de fala — a qual, como nos diz Michel Pêcheux, funciona na teoria linguística como um «excipiente ideológico» destinado a completar de forma não dialéctica o conceito de língua (cf. *Les vérités de La Palice*, Paris, F. Maspero, 1975, p. 223) —, pretendemos com esta expressão marcar uma distância efectiva relativamente a uma linguística «da língua» entendida como «sistematicidade em funcionamento».

[23] A este propósito retenha-se o título do cap. VI da obra de Herbert E. Brekle *Sémantique* (Paris, Armand Colin, 1974): «Pragmática, prolongamento necessário da semântica linguística.»

[24] L. Guespin, «Problématique des travaux sur le discours politique», in *Langages*, n.º 23, Paris, Didier-Larousse, p. 10. Não é outra a posição do *Dictionnaire de linguistique* que já por várias vezes citámos. O modo como no mesmo dicionário a entrada dedicada a *discours* termina confere, entretanto, forte presunção de que, no âmbito da análise de enunciados entendidos como discursos, possamos vir a isolar elementos importantes para uma teoria das ideologias. «O conceito de discurso», diz-se na p. 158, «modificou radicalmente as perspectivas da linguística contemporânea: a análise de discurso renova a problemática da lexicologia; concebendo a frase como uma unidade, reintroduzindo o sujeito da enunciação e as *formações ideológicas* perante o locutor-auditor idealizado de N. Chomsky, desemboca na constatação da necessidade de um estudo renovado das *relações entre língua e sociedade.*»

2. SOBRE AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DOS DISCURSOS (BARTHES, FOUCAULT E A LINGUÍSTICA DA ENUNCIAÇÃO)

Iniciemos o trajecto proposto com uma referência às tentativas de Roland Barthes e de Michel Foucault para, em terreno parcial ou totalmente descoincidente com o da linguística, circunscreverem a especificidade e génese dos discursos socialmente existentes.

A proposta de R. Barthes insere-se no programa mais vasto de constituição de uma *semiologia* cujo objectivo seja «reconstituir o funcionamento dos sistemas de significação que não a língua, segundo o próprio projecto de toda a actividade estruturalista, que é o de construir um simulacro dos objectos observados» [25]: a semiologia visaria, nesta perspectiva, o estudo de uma multiplicidade de matérias significantes não linguísticas. Assinalando, entretanto, que objectos, imagens e comportamentos não existem de uma maneira autónoma, fora da linguagem, afirma o mesmo autor não dever a linguística ser considerada apenas como uma parte da ciência geral dos signos (o que corresponderia ao projecto de Saussure); a semiologia, diz-nos, deverá entender-se como a parte da linguística capaz de estudar as *grandes unidades significantes do discurso* — fragmentos mais extensos do que monemas ou fonemas, remetendo sempre «para objectos ou episódios que significam sob a linguagem, mas nunca sem ela». É precisamente em torno das clássicas dicotomias da linguística de tradição saussuriana (língua/fala; significante/significado; sintagma/sistema; denotação/conotação) que R. Barthes se propõe organizar o quadro teórico da investigação semiológica.

O conceito de conotação, importado dos *Prolegomena...*, de Hjelmslev [26], permite-lhe demarcar-se relativamente a todas as concepções que, pressupondo a «neutralidade» dos discursos, os separam das respectivas condições sociais de emergência e, portanto, dos sistemas ideológicos coexistentes de modo conflitual numa formação social.

Na sequência do linguista dinamarquês, Barthes define um sistema conotado como um sistema «cujo plano da expressão é, ele próprio, constituído por um sistema de significação». Os significantes de conotação são, pois, signos do «sistema primeiro» fornecido pela «linguagem humana» e correspondente ao nível sistemático da língua (sistema denotado), sendo que, obviamente, um só conotador — constituído por um só significado de conotação — pode ser formulado por vários signos denotados. Isto quer dizer que o segundo plano de significação — integrado pelo sistema semiótico conotativo — é heteromorfo em relação ao primeiro, pois, se se manifestasse por intermédio das mesmas articulações estruturais, nenhuma significação adicional se poderia destacar [27]. Barthes afirma ainda que os significantes de conotação são «descontínuos e erráticos» e o significado «geral, global e difuso». Através deste, o «mundo penetra o sistema», a ideologia institui-se em forma de conteúdo da conotação e a retórica em sua forma da expressão.

---

[25] Roland Barthes, «Éléments de sémiologie», in *Le degré zéro de l'écriture*, Paris, Gonthier, 1971, p. 169 (este trabalho apareceu pela primeira vez em 1964, na revista *Cammunications*).

[26] L. Hjelmslev, *Prolegomena to a theory of language*, tradução do dinamarquês, Madison, Wisc., 1961.

[27] A. J. Greimas, *op. cit.*, p. 99.

Localizado o plano semiológico através do qual as ideologias «actuam», não parece, contudo, que o projecto estruturalista de Barthes tenha avançado grandemente na análise da prática ideológica. Incapaz de destacar o conjunto complexo de operações produtoras dos efeitos de sentido (quer «denotativos» quer «conotativos») dos discursos, Barthes parece condenado — e com ele os cultores de uma semiologia estritamente dependente da tradição saussuriana — a multiplicar, segundo critérios forçosamente impressionistas, o número de níveis ou «camadas» de significação conotativa [28]. Grande parte do seu trabalho corre, assim, o risco de desembocar numa simples categorização de formas simbólicas que, de modo mais pressentido do que precisado, vão sendo correlacionadas com conjuntos de noções tidos por representativos dos sistemas ideológicos cuja especificidade justamente importaria que fosse destacada a partir do respectivo funcionamento nas manifestações ideológicas. Resta saber se será este o objectivo prioritário das investigações de Barthes, se, pelo contrário, todo o seu esforço não irá privilegiadamente no sentido duma denúncia/subversão/ /dissecação das ideologias dominantes [29].

A preocupação de Michel Foucault em situar os «acontecimentos discursivos» relativamente ao sistema de relações materiais que os estruturam e constituem («sistema das relações primárias ou reais, sistema das relações segundas ou reflexivas e sistema da relações que se podem chamar propriamente discursivas») [30] justifica plenamente que aqui se lhe faça uma referência. Recusando o pressuposto segundo o qual os fenómenos da linguagem, polarizados num sujeito de enunciação «neutral» e autodeterminado, se limitariam a exprimir um «sentido» (um «pensamento») que lhe preexistisse, demarcando-se, por outro lado, em relação a todo o tipo de esquematismos que tendem a reduzir o modo de inserção social dos discursos a um modelo de estrita causalidade mecânica, Michel Foucault elabora um conjunto de estimulantes propostas de investigação quer sobre as regras de organização interna dos discursos, quer sobre as regras que se referem à sua articulação com outras práticas discursivas e não discursivas.

Na sequência da excelente síntese crítica formulada por Denise Maldidier, Claudine Normand e Régine Robin [31] a propósito de *L'Archéologie du savoir*, registaremos a seguir alguns comentários acerca das reduções e ambiguidades a que a *démarche* de Foucault parece não ter escapado.

Apesar de explícita e frequentemente *designar* o problema da articulação entre formações sociais e formações discursivas, nem por isso terá Michel Foucault construído e precisado uma rede conceptual apta a resolvê-lo. Na base dessa incapacidade — de que a enumeração sistematicamente

---

[28] A propósito do modelo «verticalista» subjacente à definição de conotação e ainda das suas relações com a problemática saussuriana («o imaginário saussuriano está habitado pela oposição entre a horizontalidade e a verticalidade») leiam-se os preciosos comentários de Eliseo Verón em «Remarques sur l'idéologique comme production de sens», in *Sociologie et sociétés*, vol. 5, n.º 2, Montréal, Les Presses de l'Université de Montréal, 1973, pp. 48, 49 e 51.

[29] Leia-se, a este propósito, o capítulo final de *Roland Barthes — un regard politique sur le signe*, de Louis-Jean Calvet (Paris, Payot, 1973).

[30] Michel Foucault, *L'Archéologie du savoir*, Gallimard, 1969, p. 62.

[31] «Discours et idéologie: quelques bases pour une recherche», in *Langue française*, n.º 15, Paris, Larousse, 1972.

exemplificativa de relações não discursivas é sintoma seguro [32] — está a ausência de uma teoria explícita sobre a totalidade social [33]. De tal facto resulta ainda que, em Foucault, a saudável recusa de uma causalidade mecanicista parece transformar-se às vezes numa recusa global de qualquer espécie de causalidade: a explicação da «emergência» e «arquivo» dos «acontecimentos discursivos» cede frequentemente o lugar à justaposição descritiva de níveis discursivos e extradiscursivos.

A elisão da especificidade linguística dos discursos, que o conduz a «destacar nos enunciados, não o momento da sua estrutura formal e leis de construção, mas o da sua existência e regras de aparição», aponta, evidentemente, outra limitação importante às teses de Foucault. Como subtilmente comentam as autoras já referidas, a «arqueologia» «situa-se simultaneamente aquém e além da linguística (actual e/ou a surgir): aquém, no nível pré-discursivo de emergência dos enunciados; além, no nível das correlações de enunciados já formados» [34].

O que atrás dissemos, a título de conclusão de passagem, justifica plenamente que a seguir nos ocupemos, com algum pormenor, da chamada *linguística da enunciação.*

Apostada em ultrapassar os limites da frase, que é considerada no quadro da linguística estrutural como último nível de análise, e em introduzir o(s) sujeito(s) e a situação de comunicação no estudo dos discursos, a linguística da enunciação constitui uma tentativa importante, não só para colmatar o hiato conceptual que, na tradição saussuriana, sempre separou a «língua» da «fala», como, consequentemente, para recolocar as questões de semântica em termos mais próximos daqueles que temos vindo a propor.

É em trabalhos de Émile Benveniste e Roman Jakobson — dois autores identificados no essencial com as principais teses do *Cours de linguistique générale,* de Ferdinand de Saussure — que primeiramente surgem, no campo da linguística, elementos teóricos vectorizados no sentido da equacionação de problemas respeitantes ao enunciador e ao acto de enunciação. Tais trabalhos revelaram, de facto, a existência de unidades da língua (*shifters* para Jakobson, *éléments indiciels* para Benveniste), cujo sentido varia com a situação de enunciação e a que, portanto, só é possível atribuir um referente quando se achem incluídas em enunciados efectivamente realizados (eu, ontem, aqui, etc.).

Importa, aliás, acrescentar que são várias as referências de Jakobson às relações entre código, mensagem (proposta terminológica alternativa para os termos da dicotomia língua/fala) e protagonistas da comunicação linguística: «[...] todo o acto de fala», diz-nos num dos seus textos mais conhecidos [35], «põe em jogo uma *mensagem* e quatro elementos que lhe estão ligados: o *emissor,* o *receptor,* o *tema (topic)* da mensagem e o *código* utilizado.» A questão, ainda que formulada de modo ligeiramente diferente,

---

[32] «[...] acontecimentos de ordem técnica, prática, económica, social, política, etc.» (cf. «Resposta ao círculo de epistemologia», in *Estruturalismo e Teoria da Linguagem,* Petrópolis, Ed. Vozes, 1971, p. 24).

[33] Leia-se, sobre este ponto, Dominique Lecourt, *Pour une critique de l'épistémologie,* Paris, F. Maspero, 1972, cap. IV.

[34] Ver artigo citado na nota 31, p. 126.

[35] Roman Jakobson, «Le langage commum des linguistes et anthropologues»). in *Essais de linguistique* générale, Paris, Éditions de Minuit, col. «Points», 1790, pp. 28-29.

é reposta em «Linguistique et poétique» [36], a propósito de uma célebre categorização de funções da linguagem: são factores constitutivos de todo o acto de comunicação verbal, não só o *emissor*, o *receptor*, a *mensagem* e o *código*, como ainda o *contexto* a que a mensagem se refere (factor paralelo àquele que no modelo anterior se designava por *tema-«topic»*) e o *contacto* que permite aos «actores» do processo estabelecerem e manterem a comunicação.

Ao emitir uma mensagem, qualquer utilizador da linguagem executa, segundo Jakobson, duas operações: *selecção* e *combinação*. A partir de um código comum ao destinatário, o emissor selecciona certas entidades linguísticas (o que envolve a prévia possibilidade de substituir um termo por outro) para as combinar em unidades com um maior grau de complexidade (combinar e contextualizar são dois aspectos da mesma operação).

O retorno ao código, mesmo quando a investigação parece operar um deslocamento em direcção à mensagem ou ao plano dos participantes no acto da comunicação linguística, acaba por se lhe impor sempre: o conhecimento do código comum ao emissor e receptor e subjacente ao intercâmbio de mensagem constitui, assim, para Jakobson, a base da análise dos discursos.

Relativamente às posições assumidas por Saussure, não deixa tal deslocamento de propor, apesar de tudo, reformulações assinaláveis. O código já não é considerado aqui como «sensivelmente o mesmo» para todos os membros de uma «comunidade linguística»: aludindo à existência de comunidades linguísticas com diferentes âmbitos, Jakobson considera o código geral como multiforme e analisável numa hierarquia de subcódigos, escolhidos pelo falante em função do tipo de mensagem, do destinatário e da relação entre os interlocutores [37].

As propostas que a linguística da enunciação tem formulado no âmbito da análise dos discursos revestem, entretanto, muitas outras facetas.

Aceitando que o processo de enunciação está, de um modo ou de outro, sempre presente no interior do enunciado, Tzvetan Todorov estabelece, na sequência de sugestões contidas em análises estilísticas diversas, uma tipologia dos discursos fundada nas diferentes formas e graus de intensidade dessa presença [38]. Assim, a um discurso centrado no emissor opõe ele um discurso que se organiza em torno do receptor, a um discurso explícito, um discurso implícito, de situação (o que nas teses do Círculo Linguístico de Praga corresponderá à distinção entre linguagem teórica ou de formulação e linguagem prática), a um discurso pobre em indicações sobre a enunciação, um que a ela se refere constantemente; a propósito da citação, isto é, dos enunciados com enunciação reproduzida, Todorov assinala uma outra oposição: continuidade *versus* descontinuidade de linguagem entre o enunciado citado e o enunciado que cita.

O processo de enunciação pode caracterizar-se, pelo menos segundo L. Courdesses [39] e os autores do *Dictionnaire de linguistique* [40], por

---

[36] Título do cap. XI do volume citado na nota anterior.

[37] R. Jakobson, «La linguistique», in *Tendances actuelles de la recherche en sciences sociales et humaines*, Paris-Haia, Mouton/Unesco, 1970, vol. I, p. 550.

[38] Ver capítulo «Enunciação» *in* Oswald Ducrot e Tzvetan Todorov, *Dicionário das Ciências da Linguagem*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1973.

[39] L. Courdesses, «Blum et Thorez en mai 1936: analyse d'énoncés», in *Langue française*, n.º 9, Paris, Larousse, 1971.

[40] Jean Dubois, Mathée Giacomo, Louis Guespin, Christiane Marcellesi, Jean-Baptiste Marcellesi e Jean Pierre Mevel.

recurso aos conceitos de *distância, adesão, tensão* e *transparência.* O primeiro permite destacar o maior ou menor grau com que o discurso é assumido pelo falante, o modo como este nele se inscreve (se o discurso didáctico parece corresponder à máxima distância entre o sujeito da enunciação e o respectivo enunciado, a utilização do pronome pessoal *eu* tenderá, por seu turno, a reduzir essa distância). É, entretanto, através de modalizadores tais como advérbios *(talvez, sem dúvida),* proposições intercaladas *(tanto quanto penso, na minha opinião),* etc., que a adesão diferencial do sujeito ao seu discurso se manifesta. O conceito de tensão remete já para a relação entre o falante e o interlocutor e, consequentemente, para as marcas linguísticas pelas quais o discurso tenta situar o receptor relativamente ao enunciado: tempos e aspectos verbais, artigos, determinantes, utilização dos verbos *ter* ou *ser* por oposição a verbos como *fazer, poder, querer,* etc. A transparência, finalmente, define-se pela relação que o receptor estabelece com o enunciado: será grande sempre que o enunciado promova uma identificação entre o receptor e o sujeito de enunciação («máximas», palavras de ordem, etc.); enunciados como os que integram a poesia lírica corresponderão, em princípio, a graus de transparência mínima (máxima opacidade).

Os trabalhos de Oswald Ducrot — claramente inspirados, como se sabe, pela «escola analítica inglesa» dos «actos de linguagem» — constituem um excelente exemplo das potencialidades da linguística da enunciação no estabelecimento de alguns princípios fundamentais de análise semântica [41].

Entenderemos melhor o que neles se propõe se previamente delinearmos o quadro geral de preocupações a que O. Ducrot parece submeter o conjunto das suas mais recentes pesquisas.

Concluindo, após breve alusão ao estatuto da inferência lógica nos enunciados linguísticos, dever ser rejeitada a ideia de a todo o custo se encontrar *a* lógica *na* linguagem, Ducrot admite de modo explícito que possa definir-se *uma* lógica *da* linguagem. Isso mesmo o leva a afirmar que «existem relações propriamente linguísticas e susceptíveis de uma descrição sistemática, de que um dos termos é um enunciado completo e o outro, quer um enunciado, quer uma situação de discurso» [42].

Três demarcações subjazem a esta posição: nega-se, em primeiro lugar, que todas as relações linguísticas tenham de se estabelecer entre as unidades elementares (fonemas, monemas, palavras) dum enunciado, o que, como é óbvio, equivale a afirmar a pertinência linguística de relações («transformacionais») que ligam enunciados; nega-se, por outro lado, que sejam sempre de mera co-ocorrência as articulações constatáveis no interior dum *corpus;* recusa-se, finalmente, que por *relação linguística* se deva necessariamente entender uma relação entre segmentos de linguagem: a referência implícita a situações de discurso é um dos caracteres da linguagem e deve ter-se em conta logo na definição de *língua.*

Se as duas primeiras teses remetem para a lógica de derivação inferencial entre enunciados e, além disso, confirmam o que por diversas vezes temos sugerido — ou seja, que, do ponto de vista da linguística, a solução do

---

[41] Ver, entre outros, *Dire et ne pas dire,* Paris, Hermann, 1972, e *La preuve et le dire,* Mame/Repères, 1973.

[42] Estamos a reportar-nos a «Logique et linguistique», texto inicialmente publicado no n.º 2 da revista *Langages,* que integra o cap. I de *La preuve et le dire,* citado na nota anterior.

problema do sentido envolve sempre a análise de fenómenos de dimensão discursiva —, a última aponta-nos já o facto de existir um tipo de *implícito não discursivo* «marcado na própria língua» [43]. É o que Ducrot designa por *pressuposição:* «Chamaremos implicações dum enunciado às proposições que têm de ser verdadeiras para o enunciado ser verdadeiro e reservaremos a palavra 'pressuposições' para indicar as representações requeridas no auditor para o enunciado se integrar numa comunicação normal.» [44] Não se trata, adverte-nos, de, como acontece em muitos trabalhos de linguística, afirmar de modo pouco assumido que a maior parte das frases comportam uma referência à situação em que são formuladas. O objectivo de Ducrot consiste, bem pelo contrário, em mostrar que a análise semântica de enunciados linguísticos impõe a formulação muito precisa de hipóteses sobre as características específicas e a função do conjunto de «regras de natureza institucional (social)» que, «inscritas na estrutura da língua», estão subjacentes à enunciação [45]. São de facto elas que, segundo o autor, estipulam o conjunto de «representações» a partir das quais se define a «situação intelectual necessária para o diálogo poder ter lugar» e se desenha a «imagem que os participantes no diálogo constroem uns dos outros»[46]; em suma, são elas que promovem, no interior dos enunciados, a referência implícita a situações pressupostas.

No termo deste conjunto de referências aos trabalhos de R. Barthes e M. Foucault e à linguística da enunciação, vale a pena propor breve paragem para uma vez mais concluir e, além disso, esboçar os contornos do trajecto que se vai seguir.

A propósito de certas limitações que os dois primeiros não terão ultrapassado, ficaram já anotados alguns comentários: enquanto a semiologia de Barthes, por demasiado próxima da conceituação saussuriana, nos pareceu mais capaz de promover a crítica das ideologias do que de resolver teoricamente o problema da sua génese e especificidade, as propostas de Foucault pecavam já, em nossa opinião, quer por não precisarem o modo de articulação entre práticas discursivas e práticas não discursivas (prescindindo assim de uma teoria da história, em benefício de uma simples alusão à história), quer por elidirem o nível propriamente linguístico dos discursos.

Através de referências explícitas aos «protagonistas da comunicação» e ainda às características mais salientes do respectivo «contexto situacional», também a linguística da enunciação constitui clara tentativa para ligar os factos da linguagem às condições concretas da sua emissão/recepção e introduzir, assim, considerações do domínio da «pragmática» na análise dos fenómenos da significação. Embora pondo em causa a rigidez da distinção entre língua e fala, para alegadamente centrar a sua abordagem num terreno onde já se torne possível *articular* os universos do código e dos enunciados efectivamente realizados, nem por isso terá a linguística da enunciação ultrapassado sempre as limitações inerentes às «tendências formalisto-logicistas» [47] características do «estruturalismo linguístico» e das

[43] *Dire et ne pas dire,* p. 65.
[44] *La preuve et le dire,* p. 31.
[45] Eliseo Verón, «Vers une 'logique naturelle des mondes sociaux'», in *Communications,* n.° 20, Paris, Seuil, p. 262.
[46] *La preuve et le dire,* p. 31 e 34.
[47] A expressão é de Michel Pêcheux em *Les vérités de La Palice,* cit., p. 17.

teorias «generativas». É o que, por certo, se poderá depreender da permanente preocupação de certos autores em reduzirem o problema da enunciação ao levantamento sistemático e organizado das *marcas formais* da enunciação *nos enunciados*. T. Todorov é bem claro a este propósito: «[...] quando se fala, em linguística, de enunciação, [...] não se visa nem o fenómeno físico de emissão ou de recepção da fala, que respeita à psicolinguística ou a uma das suas subdivisões, *nem as modificações trazidas ao sentido global do enunciado pela situação*, mas os elementos que pertencem ao código da língua, mas cujo sentido, no entanto, depende de factores que variam de uma enunciação para outra [...]. Por outras palavras, *o que interessa à linguística é a marca do processo de enunciação no enunciado*.» [48]

As propostas de Oswald Ducrot constituem também, como se terá pressentido, exemplo frisante dos limites impostos pela problemática saussuriana aos trabalhos que aparentemente dela se deveriam dissociar. Só isso explica que, a propósito das significações implícitas dos actos de linguagem, e paralelamente a uma crítica da clássica concepção de língua como instrumento de comunicação, O. Ducrot acabe por situar a análise do funcionamento das pressuposições unicamente ao nível dessa mesma língua [49].

O modo como, entretanto, a linguística tem tentado circunscrever a situação real de enunciação (o contexto situacional dos enunciados) determina outra das suas limitações. Procurar restituir as condições de produção dos discursos — como é prática corrente de E. Benveniste a O. Ducrot — no âmbito de uma teoria subjectivista da acção implica, de facto, a absoluta impossibilidade de adequadamente dar conta da dimensão social dos fenómenos linguísticos e, portanto, das características (que, ao fim e ao cabo, remetem para a especificidade da prática ideológica) do processo de produção social de sentido. Bastará relembrar o modelo de comunicação adoptado por Jakobson — onde, como afirma Pierre Kuentz, «o diálogo se reduz ao duo [emissor/receptor] e a dialéctica se limita a unir dois termos» [50] — para nos apercebermos de certas consequências duma perspectiva subjectivista na análise das manifestações linguísticas: o contexto da enunciação é assimilado a um jogo de relações intersubjectivas polarizadas nos interlocutores, pelo que a análise das condições de produção extradiscursivas dos enunciados se remete a uma simples descrição das circunstâncias empiricamente mais salientes do acto de enunciação; aos «protagonistas da comunicação» é atribuído o estatuto de sujeitos autodeterminados, livres e criadores, e nunca, como Louis-Jean Calvet pretenderia, o de locutores «determinados pelas suas *pulsões individuais e sociais*» [51]; finalmente, a localização e, *a fortiori*, problematização do objecto *ideologias* torna-se inviável (limitando-se a linguística, neste aspecto, a retomar as dificuldades com que necessariamente se defrontam quaisquer teorias encerradas numa problemática subjectivista sobre o social).

---

[48] T. Todorov, «Enunciação» *in* O. Ducrot e T. Todorov, *Dicionário das Ciências da linguagem*, cit., p. 379 (sublinhados nossos).

[49] *Dire et ne pas dire*, p. 24.

[50] Pierre Kuentz, «Parole/discours», in *Langue française*, n.º 15, Paris, Larousse, 1972, p. 27.

[51] Louis-Jean Calvet, *Pour et contre Saussure: vers une linguistique sociale*, Paris, Payot, «Petite collection», 1975, p. 76.

3. A(S) LÓGICA(S) DA LINGUAGEM (DUCROT, CULIOLI E OS «GENERATIVISTAS»)

Os trabalhos de O. Ducrot sobre as relações entre lógica e linguagem (mais precisamente, sobre a lógica *da* linguagem) sugerem-nos, apesar de tudo, vias positivas para uma definição da especificidade das ideologias.

Ultrapassar claramente os limites da frase para procurar no conjunto de relações discursivas as «*possibilités de raisonnement*» [52] (não necessariamente coincidentes com as da lógica formal), que se considera estipularem em grande medida o valor linguístico dos enunciados, aproxima as teses de Ducrot de uma concepção de prática ideológica em tudo semelhante à que nós próprios temos vindo a propor desde a parte I deste trabalho: com efeito, tais relações não remeterão muito justamente para o conjunto de *operações cognitivas* (selecção, classificação, hierarquização, inferência, pressuposição, etc.) constitutivas do *trabalho ideológico* (isto é, do trabalho das ideologias) na matéria significante da língua? Não será legítimo afirmar, uma vez mais com E. Verón, que a «'lógica' que sustenta o discursivo» é, afinal, a mesma que «serve de suporte [...] às actividades constitutivas da inteligibilidade social» para que o conceito de sistema ideológico (ideo-)lógico) inequivocamente aponta? [53]

Do mesmo problema vão dando conta alguns linguistas identificados com a «semântica generativa», a que, marginalmente, já aqui fizemos referência.

Preocupados em elaborar uma alternativa teórica para o conceito chomskiano de «estrutura profunda», têm desembocado tais autores no estabelecimento de «modelos de representações mentais» que cada vez mais se aproximam de autênticos «modelos lógicos». Um novo domínio de investigação, visando o conhecimento da «lógica natural da língua», ou, como outros pretendem, da «lógica das línguas naturais», vai, assim, ganhando consistência no âmbito das ciências da linguagem. Tratar-se-á, nesse domínio, de tentar restituir o sistema de procedimentos constitutivo da lógica a que os locutores recorrem quando utilizam a linguagem — um sistema onde, como sugere Michel Galmiche [54], seja possível destacar as «*formes de raisonnement*» (note-se a semelhança terminológica com as «*possibilités de raisonnement*», de O. Ducrot) que surgem na língua natural.

Posição idêntica adopta também Antoine Culioli quando, pondo claramente em causa a clássica distinção entre sintaxe e semântica, se propõe analisar a produção de sentido nos discursos, a partir de um conjunto de *operações* de que o sujeito de enunciação é o «suporte». «A nível muito profundo (plausivelmente pré-lexical)», diz-nos, «existe uma gramática de relações primitivas onde a distinção entre sintaxe e semântica não tem qualquer sentido.» [55] São estas relações primitivas que, segundo ele, determinam as compatibilidades ou incompatibilidades entre unidades da *lexis*, nível pré-assertivo que comanda a passagem à asserção. Sendo esta entendida como enunciação modalizada já por um sujeito, acaba Culioli por nos

---

[52] O. Ducrot, *La preuve et le dire*, cit., p. 28.
[53] E. Verón, «Vers une 'logique naturelle des mondes sociaux'», cit., p. 275.
[54] Michel Galmiche, *Sémantique générative*, cit., p. 175.
[55] A. Culioli, «La formalisation en linguistique», in *Cahiers pour l'analyse*, n.º 9, 1968, p. 112.

afirmar, então, que «o inassertado precede e domina o assertado» [56], remetendo-nos, uma vez mais, para as relações entre lógica e linguagem, ou, como parece inevitável, para as que se estabelecem entre trabalho ideológico e respectivas manifestações na matéria significante da língua.

Apesar de fornecer importantes instrumentos para uma definição do que é específico do trabalho ideológico, nem por isso terá a perspectiva de Ducrot, de Culioli e dos «generativistas» apontado e resolvido todas as questões que se lhe reportam e que, portanto, também incidem sobre a análise das significações linguísticas.

Não é claro, em primeiro lugar, que as remissões para uma «lógica natural», para «modelos lógicos» ou para uma «gramática de relações primitivas» estejam, nos trabalhos destes autores, suficientemente demarcadas perante o que será uma busca idealista de universais lógico-discursivos, no âmbito de uma semântica necessariamente formal e a-histórica. É por isso muito grande o risco de tal conjunto de preocupações elidir a existência de uma *pluralidade* de lógicas (uma pluralidade de ideologias), trabalhando uma mesma matéria significante e produzindo, através dela, efeitos de sentido não só diversos, como, eventualmente, contraditórios.

Dissociar estes efeitos de sentido das respectivas condições sociais de produção, mais precisamente, das operações lógicas que comandam a sua génese, tem igualmente que ver com uma certa incapacidade — ela própria imposta pelo subjectivismo da problemática de referência na análise da enunciação linguística — para, nesse tipo de estudos, distinguir claramente o que releva do discursivo do que, por outro lado, diz já especificamente respeito ao ideológico.

A proposta terminológica que em D. Slatka acompanha a sua tentativa de constituição de uma teoria materialista dos discursos parece-nos, sob este aspecto, particularmente saudável: «Uma prática discursiva», diz-nos, «só pode explicar-se em função de uma dupla competência: 1.º uma competência — a que chamaremos *específica* — que é um sistema interiorizado de regras especificamente linguísticas e que asseguram a produção e a compreensão de frases sempre novas, utilizando o indivíduo estas regras de maneira específica *(performance);* 2.º uma competência — a que chamaremos *ideológica* ou *geral* — que torna implicitamente possível 'a totalidade das acções e das significações novas' (Sapir).» [57]

Pertence, cremos nós, a Michel Pêcheux e Catherine Fuchs a mais conseguida tentativa de teorização da especificidade e articulação desses dois níveis [58]. Encerraremos esta parte II com uma referência relativamente desenvolvida às suas principais propostas.

---

[56] A. Culioli, C. Fuchs e M. Pêcheux, «Considérations théoriques à propos du traitement formel du langage», in *Documents de linguistique quantitative,* 1970, citado por M. Pêcheux e C. Fuchs, «Mise au point et perspectives à propos de l'analyse automatique du discours», in *Langages,* n.º 37, Paris, Didier-Larousse, 1975, p. 22.

[57] D. Slatka, «Esquisse d'une théorie lexico-sémantique: pour une analyse d'un texte politique», in *Langages,* n.º 23, Paris, Didier-Larousse, 1971, p. 110.

[58] Reportar-nos-emos fundamentalmente a C. Fuchs e M. Pêcheux, «Mise au point et perspectives à propos de l'analyse automatique du discours», e a Michel Pêcheux, *Les vérités de La Palice,* já citados.

4. FORMAÇÕES IDEOLÓGICAS, FORMAÇÕES DISCURSIVAS E DISCURSOS (FUCHS E PÊCHEUX)

Todas se inserem, muito explicitamente, num mesmo objectivo: elaborar os fundamentos de uma *teoria não subjectiva* da enunciação e dos discursos, numa clara tentativa para superar os principais obstáculos a que as múltiplas versões da linguística da enunciação têm conduzido. Afirmando que o discursivo é um dos aspectos do que se pode chamar a materialidade ideológica, ou, por outras palavras, que entre as formações ideológicas e as formações discursivas há uma ligação de género a espécie, procuram os autores levantar o problema das relações entre ideologias e discursos de um modo que, à partida, afaste qualquer hipótese de solução, dissolvendo o carácter diferencial de umas e de outros, e bem assim recuse referir-se a sujeitos falantes como se fossem criadores livres e autónomos de enunciados linguísticos.

O esquema da p. 118 pretende sintetizar as principais proposições formuladas, a este propósito, por Fuchs e Pêcheux.

Entre os «discursos concretos» (D, D', D'', ...) para que, genericamente, eles reservem a expressão *superfície linguística* («sequência oral ou escrita de dimensão variável, em geral superior à frase») [59] e o conjunto complexo das *formações ideológicas* [60] (duplamente cindido: em termos de «posições de classe» e de «regiões ideológicas») situam-se justamente as referidas *formações discursivas* (também elas cindidas, já que «representam, 'na linguagem', as formações ideológicas que lhes correspondem») [61].

Se não tivemos dúvidas em colocar o conjunto dos «discursos concretos» e o espaço das formações ideológicas nas zonas do esquema que remetem, respectivamente, para o plano das manifestações ideológicas e para o da correspondente produção, o mesmo se não passou no caso das formações discursivas. O facto de termos acabado por incluí-las na zona de intersecção dos dois planos merece alguns comentários.

O conceito de formação discursiva pretende, quanto a nós, condensar dois importantes aspectos da concepção de C. Fuchs e M. Pêcheux sobre as relações entre as ideologias e os discursos: a «*exterioridade*» e *anterioridade* das primeiras relativamente aos segundos, por um lado; a *especificidade* imposta pela matéria significante da língua à produção de efeitos de sentido nos discursos, por outro. Assim, se, de um modo geral, Pêcheux afirma em *Les vérités de La Palice* que «*as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições assumidas pelos que as empregam*, o que significa que adquirem o seu sentido por referência a tais posições, isto é, por referência às *formações ideológicas* nas quais tais

---

[59] «Mise au point...», cit., p. 24.

[60] «Falar-se-á de *formação ideológica* para caracterizar um elemento susceptível de intervir, como força confrontada com outras forças, na conjuntura ideológica característica duma formação social num momento dado; cada formação ideológica constitui assim um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem 'individuais' nem 'universais', mas se reconduzem mais ou menos directamente a posições de classe em conflito uma relativamente às outras.» (Ch. Haroche, P. Henry e M. Pêcheux, «La sémantique et la coupure saussurienne; langue, langage, discours», in *Langages*, n.º 24, Dezembro de 1971, p. 102; passagem praticamente transcrita em «Mise au point...», cit., p. 10.)

[61] *Les vérités de La Palice*, p. 145.

posições se inscrevem» [62], não deixa de acrescentar, após ponderação da materialidade correspondente à *base linguística*, que o sentido das palavras, expressões ou proposições se constitui *em cada formação discursiva*, ou seja, nas relações que elas «estabelecem *com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva*» [63]: a produção de sentido é indissociável do sistema de relações de substituição, paráfrase, sinonímia — Pêcheux chama-lhe *processo discursivo* —, que podem estabelecer-se entre os elementos linguísticos de uma dada formação discursiva. É esta que determina o que, «sob a forma de uma arenga, de um sermão, de uma exposição, de um programa, etc.», *pode e deve ser dito*, «a partir de uma posição dada na conjuntura, ou seja, numa certa relação de lugares *(places)* interior a um aparelho ideológico e inscrita numa relação de classes» [64].

Fuchs e Pêcheux demarcam-se, assim, claramente em relação a duas teses muito correntes sobre a «questão semântica».

Segundo uma delas, a diversidade contraditória de produções discursivas explicar-se-ia, em última análise, pela existência de uma multiplicidade de sistemas linguísticos — o que equivaleria a dissolver a especificidade do trabalho ideológico e, eventualmente, a atribuir à língua um carácter superstrutural (é a posição de N. Marr na célebre polémica com Estaline e a de inúmeros trabalhos de sociolinguística) [65]. Na outra concepção, pelo contrário, elidir-se-ia a autonomia relativa do sistema da língua («conjunto de estruturas fonológicas, morfológicas e sintácticas» dotado de um funcionamento específico), de modo a fazer depender a discursividade, da simples expressão do pensamento, de uma pura actividade cognitiva, que só «acidentalmente» utilizaria o sistema linguístico.

Articulando, através do conceito de formações discursivas, a pluralidade de efeitos de sentido associados aos discursos com o conjunto das formações ideológicas, Fuchs e Pêcheux procuram, no âmbito de uma teoria materialista dos discursos, compatibilizar a *autonomia relativa* da base linguística com o sistema contraditório de ideologias sociais. Por isso nos afirmam que «as *contradições ideológicas* que se desenvolvem através da *unidade da língua* são constituídas pelas relações contraditórias que necessariamente existem entre [...] os 'processos discursivos', enquanto estes se inscrevem em relação ideológicas de classe.» [66]

É ainda a partir dos mesmos conceitos e de certas proposições teóricas de Louis Althusser sobre o efeito de «interpelação» pelas ideologias [67] que os autores procuram elucidar o processo pelo qual os indivíduos, aceitando como evidente o sentido do que ouvem, dizem, lêem e escrevem, criam a ilusão de estarem nas *origens* do sentido, de serem os *sujeitos* do discurso.

---

[62] *Les vérités de La Palice, p.* 144.

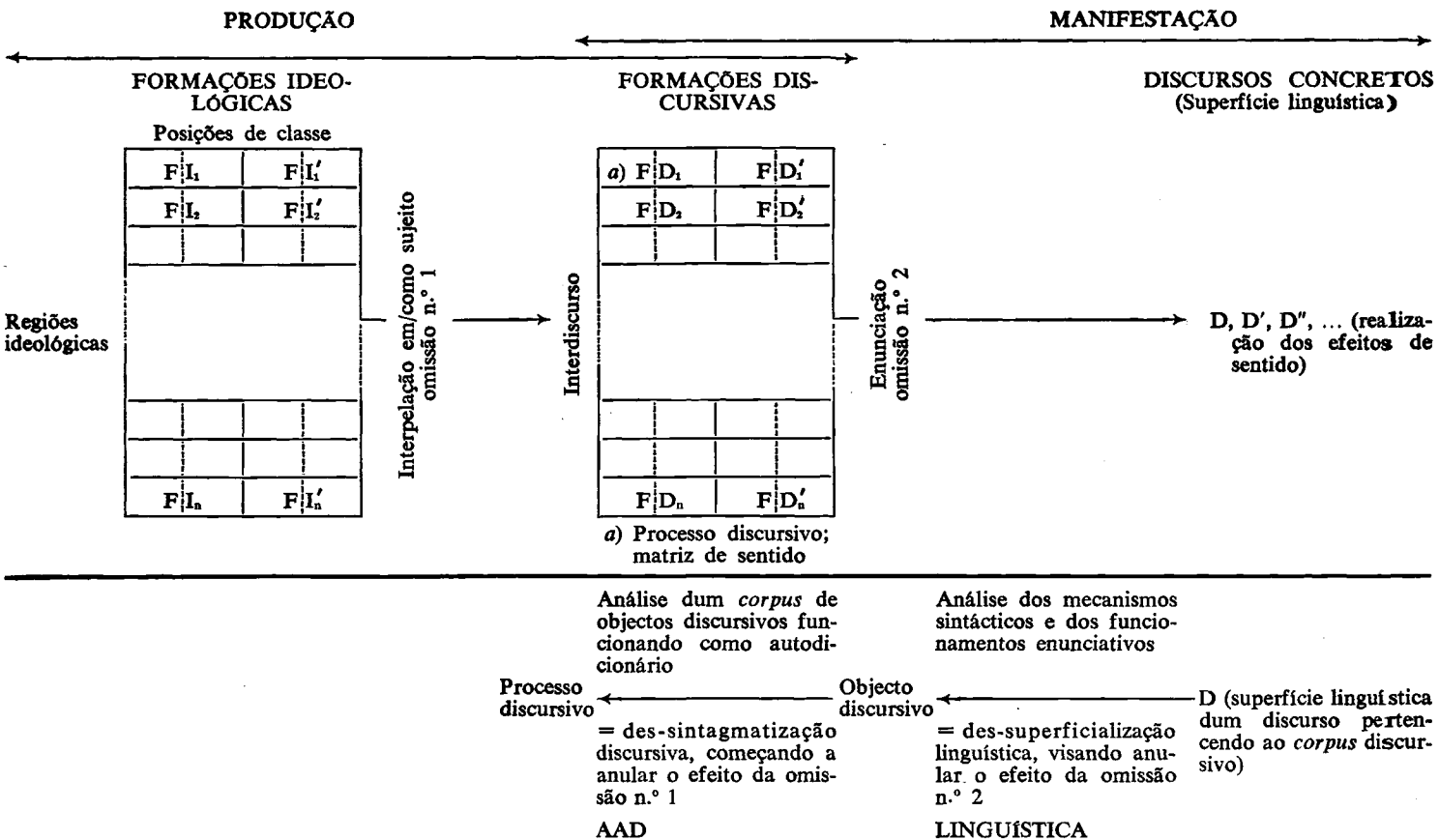
[63] *Ibid.*, p. 145 (sublinhados nossos).

[64] Mise au point...», cit., p. 11.

[65] Cf. J. B. Marcellesi e B. Gardin, *Introduction à la sociolinguistique*, Paris, Larousse (existe tradução portuguesa da Aster).

[66] *Les vérités de La Palice*, p. 84 (sublinhados nossos).

[67] L. Althusser, «Idéologie et appareils idéologiques d'état», in *La Pensée*, Junho de 1970 (existe tradução portuguesa da Presença). Poderá encontrar-se um comentário bastante claro sobre as teses althusserianas da «interpelação» em Saul Karsz, *Théorie et politique: Louis Althusser*, Paris, Fayard, 1974.


PRODUÇÃO
MANIFESTAÇÃO
FORMAÇÕES IDEOLÓGICAS
Posições de classe
FORMAÇÕES DISCURSIVAS
DISCURSOS CONCRETOS
(Superfície linguística)
Regiões ideológicas
F I1 | F I1'
F I2 | F I2'
F In | F In'
Interpelação em/como sujeito
omissão n.º 1
Interdiscurso
a) F D1 | F D1'
F D2 | F D2'
F Dn | F Dn'
Enunciação
omissão n.º 2
D, D', D'', ... (realização dos efeitos de sentido)
a) Processo discursivo; matriz de sentido
Análise dum corpus de objectos discursivos funcionando como autodicionário
Análise dos mecanismos sintácticos e dos funcionamentos enunciativos
Processo discursivo
Objecto discursivo
D (superfície linguística dum discurso pertencendo ao corpus discursivo)
= des-sintagmatização discursiva, começando a anular o efeito da omissão n.º 1
= des-superficialização linguística, visando anular o efeito da omissão n.º 2
AAD
LINGUÍSTICA

Compreende-se, cremos nós, a importância de que se pode revestir tal projecto: se, por um lado, permite a elaboração de uma teoria não subjectiva da «constituição do sujeito na sua situação concreta de enunciador» [68], desemboca, por outro, numa clara denúncia do obstáculo individualista, implícito em quase todas as propostas da linguística da enunciação — que são o «emissor» e «receptor» de R. Jakobson, o «indivíduo» de E. Benveniste ou os «interlocutores» de O. Ducrot, se não a transcrição, *no plano teórico*, da ilusão subjectivista associada aos automatismos da prática discursiva?

No centro das propostas de Fuchs e Pêcheux acerca da *interpelação do indivíduo em/como sujeito do seu discurso (en sujet de son discours)* situa-se a afirmação de que esta se verifica por virtude de uma identificação do falante com a formação discursiva que o domina, «identificação na qual, simultaneamente, o sentido é produzido como evidência para o sujeito e o sujeito é 'produzido como causa de si mesmo'» [69].

Se os elementos significantes não são dotados de sentido próprio, antes o obtêm nas «relações de metáfora (realizadas pelos efeitos de substituição, paráfrases, formações de sinónimos) de que as formações discursivas são historicamente o lugar mais ou menos provisório» [70], convém precisar, advertem-nos os autores, que a metáfora constitutiva do sentido é sempre determinada pelo *interdiscurso*, isto é, pelo «todo complexo com dominante» das formações discursivas, ele próprio subordinado à lei da desigualdade/contradição/subordinação característica das formações ideológicas. Dado que qualquer formação discursiva dissimula, na transparência do sentido que nela se produz, a materialidade contraditória do interdiscurso — ilusão ou omissão n.º 1 *(oubli nº 1)* — e é este, justamente, que determina as suas fronteiras, pode um dos autores a que nos temos referido concluir do seguinte modo: «[...] o funcionamento da ideologia em geral como interpelação dos indivíduos em/como sujeitos — especificamente, em/como sujeitos do seu discurso — realiza-se através do complexo das formações ideológicas — especificamente, através do interdiscurso que nele está intrincado — e fornece 'a cada sujeito' a sua 'realidade', entendida como sistema de evidência e de significações percebidas/aceites/suportadas.» [71]

Não deve, entretanto, confundir-se o que revela do interdiscurso e, por conseguinte, aponta para a «exterioridade» constitutiva e delimitadora das formações discursivas com o que diz já respeito ao processo de enunciação, isto é, ao conjunto de determinações sucessivas segundo as quais os enunciados (os «discursos concretos») vão sendo construídos. Enquanto a ocultação do interdiscurso que designámos por omissão n.º 1 *(oubli nº 1)* é de natureza inconsciente (no sentido em que, dizem-nos Fuchs e Pêcheux, a «ideologia é constitutivamente inconsciente de si própria» [72]), cabendo-lhe, por conseguinte, estabelecer, de um modo privilegiado, a subjectividade na linguagem, já a ocultação dos mecanismos que no processo de enunciação regulam a sequência discursiva (assumindo o «dito» e rejeitando o «não dito») — omissão n.º 2 *(oubli nº 2)* —

---

[68] «Mise au point...», cit., p. 15.
[69] *Les vérités de La Palice*, p. 240.
[70] *Ibid.*, p. 242.
[71] *Ibid.*, p. 147.
[72] «Mise au point...», cit., p. 21.

define, por seu turno, uma «zona» cujo funcionamento é de natureza pré-consciente/consciente: o processo pelo qual qualquer falante selecciona, no âmbito da formação discursiva que o domina, certo enunciado, forma ou sequência, e não outro que com ele esteja em relação de paráfrase na mesma formação, admite, de facto, uma reformulação controlada (é, por exemplo, o que se passa sempre que o falante tenta precisar «o que quis dizer» em determinado enunciado: «deslocamentos no interior do reformulável») [73].

A conceituação anteriormente desenvolvida não pode deixar de ter consequências assinaláveis, quer no que diz respeito à definição dos procedimentos técnico-metodológicos genericamente englobados na designação de *análise dos discursos*, quer no que se refere à delimitação do próprio objecto da linguística. A metade inferior do esquema da p. 118 procura sumariar parte da proposta de Fuchs e Pêcheux a este propósito.

Por aí se vê que o dispositivo de «análise automática do discurso» (AAD), elaborado há já alguns anos pelo próprio Michel Pêcheux [74], surge associado, não só ao objectivo de destacar as marcas dos processos discursivos que permitam, por seu turno, esboçar os contornos das formações discursivas implicadas nos enunciados, como ainda ao de promover uma primeira, embora precária, exploração da «zona» correspondente à omissão ou ilusão n.º 1. Para a análise propriamente linguística — tida, aliás, como prévia a qualquer utilização do dispositivo AAD — reservam entretanto os autores o papel de restituição das marcas ligadas ao processo de enunciação. Trata-se de, por esse intermédio, dar conta do «funcionamento material dos mecanismos sintácticos em relação com eles mesmos», isto é, sem referência a considerações semânticas incontroladas que, de um modo ou de outro, possam implicar uma não clara demarcação perante o efeito subjectivo das leituras espontâneas: «[...] a análise linguística a que o AAD faz apelo deve ser essencialmente de natureza morfossintática e, a esse título, permitir a deslinearização especificamente linguística dos textos, ligada aos fenómenos de hierarquias, encaixes, determinações. Não deveria haver lugar à introdução de uma 'concepção do mundo' repousando sobre uma semântica universal e *a priori*, já que tal facto equivaleria a incluir no próprio funcionamento da língua os processos discursivos historicamente determinados que não se podem tomar como co-extensivos à língua, a não ser identificando ideologia e língua.» [75]

Que lugar estará reservado à «semântica» em semelhante contexto?

Levar a sério o que atrás ficou dito parece ter de conduzir a uma primeira conclusão: a de que a «semântica» se não poderá considerar uma parte ou ramo da linguística, pelo menos ao mesmo título que o são a fonologia, a morfologia e a sintaxe.

Admitindo, entretanto, como também parece inevitável, que a «questão semântica», longe de estar resolvida, condensa a multiplicidade de contradições que mais incisivamente atravessam o terreno das ciências da linguagem, em geral, e o da linguística, em particular, como definir o espaço problemático que há-de permitir circunscrevê-la e apontar os principais vectores da sua resolução?

---

[73] «Mise au point...», cit., p. 21.

[74] M. Pêcheux, *Analyse automatique du discours*, Paris, Dunod, 1969.

[75] «Mise au point...», cit., p. 17.

As diversas propostas e interrogações que percorreram toda esta parte II — muito especialmente, aliás, as que foram ligadas aos nomes de Fuchs e Pêcheux — impõem-nos, desde já, a afirmação de que nesse espaço necessariamente se terão de incluir dimensões que nos possibilitem pensar o complexo das formações ideológicas, *na sua articulação* com o sistema da língua. Sendo, além disso, impossível, como também já deixámos demonstrado na parte I, formular o problema das ideologias no âmbito de uma problemática não materialista sobre o social, já se vê, então, que a questão semântica dirá, afinal, respeito a todo o esforço de teorização global das sociedades, que as ciências da linguagem estarão, em princípio, impedidas de consumar.

Significará tal facto que a questão, por pluridimensional, é pura e simplesmente irresolúvel?

A história das ciências tem-se encarregado de revelar que no processo de produção de conhecimentos não há questões *absolutamente* irresolúveis nem questões *absolutamente* resolvidas; que, nesse processo, apenas há *questões a resolver*.

Parece-nos, por isso, importante deixar registado aqui o «quadro epistemológico geral» que, justamente para Fuchs e Pêcheux, deve orientar a análise de discursos e, consequentemente, a pesquisa sobre as significações.

Tal tarefa, dizem-nos os referidos autores, exigirá «a articulação de três regiões de conhecimentos científicos: 1) o materialismo histórico como teoria das formações sociais e das suas transformações, incluindo a teoria das ideologias; 2) a linguística como teoria dos mecanismos sintácticos e dos processos de enunciação; 3) a teoria do discurso como teoria da determinação histórica dos processos semânticos».

«Acrescentemos», as palavras são ainda de Fuchs e Pêcheux, «que estas três regiões são de certa maneira atravessadas e articuladas pela referência que conviria explicitar a uma teoria da subjectividade (de natureza psicanalítica).»

A profusão de referências que dispensámos aos problemas específicos das ciências da linguagem poderá ter feito desvanecer o objectivo que presidiu à organização desta parte II. Convém, por isso, que, ao concluí-la, uma vez mais o explicitemos.

Integrada num trabalho cuja vocação global consiste na delimitação/ /inventariação de espaços conceptuais referidos ao objecto ideologias, pretendia esta segunda etapa apontar alguns contributos de relevância inequívoca para uma definição da especificidade da prática ideológica. Assumindo à partida a distinção entre ideologias e manifestações ideológicas, toda ela se orientou, portanto, no sentido de procurar no conjunto de resultados produzidos pelas ciências da linguagem elementos que, de forma não metódica, mas, em qualquer caso, sintomática, remetessem para o trabalho das ideologias na matéria significante da língua.

Fomo-nos apercebendo, na parte inicial do trajecto, de que a denúncia crítica de certos obstáculos à progressão do conhecimento sobre as manifestações linguísticas (nomeadamente no que se refere à respectiva dimensão semântica) permitia situar, ao menos pela negativa, o objecto ideologias. Ultrapassada a referência às técnicas da semântica quantitativa e da análise de conteúdo e ainda à linguística estrutural, tentámos localizar, no âmbito de teorias voltadas para o estudo de fenómenos de

dimensão superior à da frase, materiais que, já de modo positivo, pudessem dar conta das operações ideológicas produtoras de efeitos de sentido na linguagem.

Se, a propósito das teses de Barthes e Foucault e da linguística da enunciação, constatámos hesitações ou equívocos vários, nem por isso deixámos de assinalar às correspondentes intenções teóricas virtualidades notórias na análise das significações. Que já aí, mas sobretudo aos trabalhos de Ducrot, de Culioli e dos «generativistas», pudéssemos ir buscar elementos para uma definição do «modo de existência do ideológico» nos discursos, só veio demonstrar o que, ao longo do texto, fomos sugerindo e no seu último número acabámos por assumir claramente: que a questão semântica não pode ser resolvida independentemente de uma teoria das ideologias.

É, antes de mais, como reforço de tal posição que a longa referência às propostas de Fuchs e Pêcheux deverá ser entendida.

Ela justifica-se, contudo, por outra ordem de razões: os conceitos de formação discursiva e de processo discursivo, que, como vimos, são nucleares no conjunto de tais propostas, adquirem uma importância decisiva na análise das ideologias. Não deixando de ter em conta as características próprias da materialidade linguística, tais conceitos remetem, de facto, para o conjunto de operações de produção/transformação de sentido, impostas pelos sistemas ideológicos a que os discursos se reportam.

Caracterizando diferencialmente o que releva do discursivo e do ideológico, as mesmas propostas permitem ainda colocar o problema das condições de produção dos enunciados linguísticos de uma forma que escape aos obstáculos impostos por qualquer problemática individualista de análise das sociedades.

Procuraremos desenvolver na parte III várias questões relacionadas com este último ponto — estará, evidentemente, em causa a articulação do ideológico com as demais instâncias do social.

PARTE III

SOBRE AS «RAZÕES DE SER» DAS IDEOLOGIAS

Afirmávamos na parte I deste trabalho que, apesar de frequentemente se assinalarem no materialismo histórico co-variações entre circunstâncias ligadas à «base material» das sociedades e respectivas «formas de consciência», estão por construir, no seu âmbito, os operadores teóricos que, articulando umas e outras numa matriz de relações de causalidade estrutural, possam esclarecer o alcance do pressuposto metodológico da «determinação em última instância» e, por essa via, permitam apontar as «razões de ser» das ideologias.

A questão da eficácia do ideológico, ligada, como a anterior, à articulação de instâncias, parece, por seu turno — dissemo-lo também —, condenada a circunscrever-se à estreita perspectiva da «reprodução das relações de produção»: não deixámos, por issso, de sugerir que, nestes termos, se torna teoricamente arriscado ou mesmo inviável dar conta do

«efeito em retorno» característico da dialéctica marxista, e bem assim delimitar o «espaço» de autonomia relativa do ideológico.

Procuraremos na parte III do trabalho assinalar, de forma tão sistemática quanto possível, algumas das propostas teóricas que mais terão contribuído para compactificar as lacunas e corrigir os viezes anteriormente apontados.

Não é arbitrária a ordem por que o iremos fazer. Com efeito, se o momento inicial da exposição está reservado às teses de Pierre Bourdieu, isso se deve ao facto de as proposições substantivas em que elas se desdobram estarem explicitamente associadas a posições epistemológicas que nos parece indispensável assumir à partida, não só para se colocarem de forma adequada as questões que já enunciámos, como ainda para se poderem ler, criticamente, as demais propostas a que aludiremos.

1. PRELIMINARES: O MODO DE CONHECIMENTO PRAXEOLÓGICO

Poderemos ir buscar elementos para uma razoável aferição do alcance de tais posições ao conjunto de referências através das quais tentávamos, na parte II, inventariar alguns dos problemas com que se têm debatido as ciências da linguagem.

Começámos por salientar, nessa altura, toda a importância de que se revestiu, no domínio dos estudos linguísticos, a *ruptura objectivista* de Ferdinand de Saussure: através do estabelecimento do par *língua/fala* e de uma elaborada conceituação do primeiro dos seus termos, pôde a linguística ultrapassar os limites do modo de conhecimento fenomenológico, contrapondo à mera explicitação do saber espontâneo dos falantes sobre a sua própria prática linguística a *construção* (pela teoria, evidentemente) das *relações objectivas* que «estruturam» tal prática, e bem assim condicionam a forma como ela é vivida.

Não deixámos, porém, de anotar, em momento adequado, certas limitações associadas à referida operação de ruptura com as evidências de senso comum; salientámos, a esse propósito, ser elevado o risco de a meticulosa elaboração do *código* da língua conduzir ao obstáculo formalista, o qual, neste caso, consiste em separar os fenómenos linguísticos das condições concretas da sua produção e circulação.

Ao procurar, justamente, integrar na análise, quer os protagonistas da comunicação, quer as características mais relevantes do respectivo «contexto situacional», terá a *linguística da enunciação* constituído — foi o que com alguma insistência sugerimos — uma tentativa de superação do formalismo implícito na tradição saussuriana dos estudos linguísticos.

Resta saber se o terá feito de forma epistemologicamente controlada. E, sobre este ponto, as referências de Bourdieu ao que ele próprio designa por modo de conhecimento *praxeológico* são, se não decisivas, pelo menos muito pertinentes [76].

[76] Apesar de Pierre Bourdieu se ocupar já desta questão em textos como, por exemplo, *Le métier de sociologue* (Paris, Mouton/Bordas, 1968), iremos reportar-nos aqui fundamentalmente àquele em que as suas formulações a tal respeito maior desenvolvimento e precisão adquirem. Referimo-nos a *Esquisse d'une théorie de la pratique, précédé de trois études d'ethnologie kabyle* (Genebra/Paris, Droz, 1972). A nossa exposição não deixará também de se apoiar no excelente comentário que,

Decorrem elas de uma subtil crítica aos pressupostos do objectivismo. Importa desde já sublinhar, contudo, que não se trata, para Bourdieu, de pôr em causa o princípio da não transparência (ou não consciência) que, contra todas as modalidades do conhecimento fenomenológico, o objectivismo claramente assume. Por outras palavras, que de novo nos remetem para a história da linguística: não se trata de negar a importância de Ferdinand de Saussure para, «em nome da experiência vivida e dos direitos da subjectividade» [77], atribuir o estatuto de única verdade ao saber subjectivo que, sobre a linguagem, os falantes forçosamente detêm e eventualmente explicitam. Trata-se, isso sim, de evitar o *efeito de objectivação* que o accionamento não criticado de uma posição epistemológica objectivista parece implicitamente transportar para o interior do trabalho teórico que se lhe reporte.

Tendo por base o paralogismo que atribui aos objectos construídos pelo trabalho científico o estatuto de realidades autónomas (é o fenómeno da coisificação de conceitos a que já na parte I aludimos), o referido efeito desemboca num importante obstáculo à progressão do conhecimento: o que consiste em tomar as «estruturas objectivas» elaboradas pela teoria com vista a *dar conta* das práticas sociais como entidades ou princípios que *realmente* as governam.

É o que ocorre quando a linguística saussuriana afirma, em geral, que a fala é o produto da língua, privilegiando, assim, a análise dos *sistemas* de signos, em detrimento absoluto das concretas articulações de sons e noções operadas pelos locutores.

Omitindo a descoincidência qualitativa entre a «*ordem lógica da inteligibilidade*», que relaciona *construções teóricas*, e a «*ordem cronológica*» dos *factos da linguagem*, por um lado, ignorando, por outro, que «a fala surge como condição da língua, tanto do ponto de vista individual como do ponto de vista colectivo, dado que a língua não pode ser apreendida fora da fala, que a aprendizagem da língua se faz pela fala e que a fala está na origem das inovações e transformações da língua» [78], a linguística saussuriana não só comete o paralogismo invocado, como, o que é sua consequência directa, dá cobertura a uma falsa teoria da prática linguística: a que reserva aos falantes o papel de simples reprodutores do *código* da língua construído pelos cientistas e a isso resume toda a complexidade do processo de enunciação.

A questão dos fundamentos da prática fica, assim, encerrada, por força dos efeitos de objectivação, nos limites duma problemática segundo a qual ela resulta de mera *execução* pelos agentes sociais de modelos preexistentes. Que — variante intelectualista dessa problemática — o modelo executado se presuma imediatamente equivalente ao construído na/pela teoria[79], ou que — sua variante juridista — este seja previamente assimilado a um conjunto de normas que moral ou coercivamente se impõem aos agentes [80], eis o que, indiferentemente, sempre conduz a rejeitar a elaboração de uma *teoria da prática enquanto tal*, isto é, uma teoria que, embora demarcada relativamente aos pressupostos do modo de conheci-

---

com o título «La théorie de la pratique», Louis Pinto dedicou àquela obra no n.° 178 de *La Pensée* (Dezembro de 1974).

[77] *Esquisse...*, p. 153.

[78] *Ibid.*, p. 168.

[79] É o que, justamente, acontece no «estruturalismo linguístico», por exemplo.

[80] Recorde-se o que na parte I se disse sobre o sistema teórico de Talcott Parsons.

mento fenomenológico e, portanto, sem reabilitar acriticamente o sentido subjectivo que a vivência prática (da prática) envolve e promove, coloque o princípio de produção das práticas *(«mode de génération des pratiques»)* como seu problema central.

Para que o modo de conhecimento praxeológico, na tentativa de superação dos limites do objectivismo, torne efectivas as suas virtualidade é, pois, necessário que uma teoria entendida nos termos enunciados se precise e desenvolva. Não podendo já aceitar-se que os determinismos sociais pura e simplesmente resultem da tácita conversão de regularidades estatísticas *observáveis* e *codificáveis* (no processo de conhecimento) em regras *observadas* (isto é, cumpridas) pelos agentes sociais, trata-se, na nova perspectiva, de colocar *com autonomia* a questão de como estes realmente produzem tais determinismos.

É na resposta a esta questão que as teses de Pierre Bourdieu que se traduzem em proposições substantivas sobre a prática social encontram algumas das principais preocupações a que, desde o início, submetemos este trabalho.

Verificá-lo-emos no próximo número.

2. *HABITUS* E IDEOLOGIAS (BOURDIEU)

A complexa proposta de Bourdieu organiza-se em torno do conceito de *habitus*.

Entendido como «um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona em cada momento como uma *matriz de percepções, de apreciações e de acções*» [81], o *habitus* permite explicar, segundo o autor, a reprodução, pela prática, das estruturas sociais. *Savoir-faire*, muito mais do que saber consciente dos seus limites, poderes e génese, o *habitus* está associado a uma competência prática capaz de regular (no sentido de pautar e, justamente, tornar regulares) as respostas dos agentes sociais às múltiplas e diversas *situações* com que os mesmos se confrontam.

Não estamos, advirta-se, perante qualquer cedência a uma concepção teleológica de acção social que, atribuindo aos agentes uma ilimitada capacidade de cálculo, os transforme em portadores de intenções estratégicas bem definidas; não é também um modelo onde exclusivamente se prevejam actores sociais actuando de acordo com o respectivo papel institucionalizado aquilo que Bourdieu nos propõe. É, com efeito, clara a sua rejeição do primeiro, como do segundo, quando, por exemplo, nos afirma que as práticas «podem ser objectivamente 'reguladas' e 'regulares' sem de modo algum serem o produto da obediência a regras, objectivamente adaptadas à sua finalidade sem terem de supor a perspectivação consciente dos fins e o domínio *(maîtrise)* expresso das operações necessárias para os atingir» [82].

Ao interrogar-se sobre as razões de semelhante «orquestração sem chefe de orquestra» [83], Bourdieu elabora um corpo de proposições que, tornando caducas muitas das clássicas teses da psicologia social e de certa sociologia académica, permite, além disso, repensar e, porventura, descom-

[81] *Esquisse...*, p. 178.
[82] *Ibid.*, p. 175.
[83] *Ibid.*, p. 180.

pactificar de uma forma radical [84] toda a teoria sociológica de vocação materialista.

É que a afirmação genérica de que o sistema de disposições constitutivo do *habitus* integra «todas as experiências passadas», ou, no mesmo sentido, a de que o *habitus*, «produto da história», produz, ele próprio, «práticas individuais ou colectivas, isto é, história, em conformidade com os *esquemas engendrados pela história*», não o dispensam de uma indagação aprofundada acerca da génese desse sistema.

Surge-nos, num primeiro momento, a equacionação do problema: é a sua posição presente e passada na estrutura social (e, por isso, também, a distância social entre posições objectivas nessa estrutura) que os indivíduos, entendidos como pessoas físicas, transportam, sob a forma de *habitus* (já, portanto, como pessoas sociais), em quaisquer circunstâncias de tempo ou de lugar.

O conceito de *«habitus» de classe*, onde, aliás, já se encontra subsumido o do processo de interiorização (incorporação ou inculcação) de estruturas que a seguir desenvolveremos, envolve uma primeira especificação da tese geral enunciada.

Se todos os organismos duradouramente submetidos aos mesmos condicionamentos, isto é, a idênticas condições materiais de existência, são dotados de um tipo determinado de disposições, é legítimo falar-se em *«habitus» de classe*. Embora não sendo de admitir que todos os membros da mesma classe (ou tão-só dois dentre eles) realizem rigorosamente, e segundo uma ordem única, as mesmas experiências, pode, na verdade, admitir-se com segurança que outro membro da mesma classe tenha maior probabilidade do que qualquer membro doutra classe de ser confrontado, «enquanto actor ou testemunha», com situações características da sua «condição de classe». O fenómeno da *integração* das classes e grupos sociais, traduzido pela regularidade, unidade e sistematicidade das respectivas práticas, encontra, pois, na identidade de condições de existência e correspondente homogeneidade de *habitus* o seu principal fundamento: «[...] por serem o produto de disposições que, correspondendo à interiorização das mesmas estruturas objectivas, são objectivamente concertadas, é que as práticas dos membros dum mesmo grupo ou, numa sociedade diferenciada, duma mesma classe, são dotadas dum sentido objectivo, simultaneamente unitário e sistemático, irredutível às intenções subjectivas e aos projectos conscientes, individuais ou colectivos.» [85]

O processo de incorporação de estruturas objectivas («interiorização da exterioridade»), que, como vimos, está na base da produção dos *habitus* de classe e se acha dialecticamente associado ao da concertação relativa e reprodução das práticas sociais («exteriorização do interiorizado»), é objecto de um primeiro esforço de análise sistemática num livro em que Bourdieu e Jean-Claude Passeron formulam alguns elementos para uma teoria do sistema de ensino. Referimo-nos a *La Reproduction* [86].

Submetendo o conjunto de proposições proposto ao objectivo de explicação da acção pedagógica em geral, os autores definem um quadro teórico

---

[84] Sobre os conceitos de compactificação e descompactificação de teorias vide João Ferreira de Almeida e José Madureira Pinto, *A Investigação nas Ciências Sociais*, Lisboa, Presença, 1976, p. 14.

[85] *Esquisse...*, p. 183.

[86] *La Reproduction*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1971.

alternativo relativamente ao que a psicologia social e algumas variantes da sociologia académica circunscreveram a propósito do chamado *processo de socialização*. Contrariamente ao que nestas se pressupõe, Bourdieu e Passeron demonstram-nos que as instâncias de socialização formal ou informal, longe de reproduzirem *a* cultura *da* sociedade, impõem sempre, numa formação social de classes, um *arbitrário cultural* definido pelas relações de força entre as classes sociais, isto é, em última análise, pelas classes dominantes: *a acção pedagógica corresponde sempre à imposição, por um poder arbitrário, dum arbitrário cultural (é, pois, objectivamente, uma violência simbólica).*

Se o conjunto de significações imposto pela acção pedagógica não pode ser deduzido de nenhum princípio universal (físico, biológico ou espiritual), e tão-pouco remete para uma pretensa natureza humana, pelo que, rigorosamente, constitui um arbitrário cultural, e se, por outro lado, o poder de imposição que lhe é implícito vai buscar fundamento e força à estrutura de relações sociais definida, em cada momento, pela dinâmica da luta de classes, se, em suma, a acção, pedagógica envolve um duplo arbitrário, o seu exercício em condições de eficácia exige a dissimulação da verdade objectiva do conteúdo imposto, bem como do respectivo poder de imposição. A autoridade pedagógica, que os agentes ou instituições pedagógicos sempre exercem por delegação dos grupos ou classes dominantes, intervém precisamente, ao promover e consagrar (sob a aparência de independência e neutralidade) o referido efeito de dissimulação, como força legitimadora da acção pedagógica e, em última análise, com reforço da estrutura de relações de classe: «uma acção pedagógica que procurasse, através do seu próprio exercício, desvendar a sua verdade objectiva da violência e simultaneamente eliminar o fundamento da autoridade pedagógica do agente seria autodestruidora.» [87]

O processo de interiorização do arbitrário cultural, que, para ser eficaz, deve poder perpetuar o interiorizado para além da acção pedagógica propriamente dita e reproduzir, através das práticas, os princípios em que se funda, é restituído, em Bourdieu e Passeron, pelo conceito de *trabalho pedagógico;* que ao produto desse trabalho eles chamem *habitus*, eis o que, depois das considerações esboçadas a propósito da teoria da prática, estamos em condições de entender plenamente.

Dado que, como também nos dizem, o *habitus* adquirido através do trabalho pedagógico primário determina o modo de constituição de quaisquer *habitus* ulteriores, a ponto de o grau de produtividade específica de todo o tipo de trabalho pedagógico subsequente àquele ser função da distância a que o *habitus* a inculcar se encontra dos anteriores e, em última análise, do *habitus* primário, já se vê a importância que há-de assumir na constituição do *habitus* de classe a primeira educação, essencialmente ligada ao trabalho pedagógico *familiar*.

A questão é desenvolvida no *Esquisse...* [88], a propósito duma tese tão inesperada como aliciante: a politização do corpo.

Contrariando evidências do senso comum tão resistentes como as que excluem o corpo de qualquer análise que não seja puramente biológica, mas pondo também em causa a «neutralização social» a que o discurso erudito da psicanálise submete a sexualidade, autonomizando-a, Bourdieu

---

[87] *La Reproduction*, cit., p. 26.

[88] Capítulo «Incorporation des structures».

afirma que o corpo é o veículo por excelência da aprendizagem, muito especialmente da que se relaciona com a acção pedagógica primária. Louis Pinto resume assim as principais coordenadas dessa argumentação: «Qualquer sociedade, na medida em que visa inculcar pela acção pedagógica um *habitus* cujo princípio é o arbitrário cultural da ordem que a funda, tende a confiar toda uma sabedoria ao corpo, mas da maneira mais implícita possível, de modo que, criando ordem no corpo, possa fazer do corpo o melhor guardião da ordem, o seu servo mais discreto. Inscrevendo a ordem no corpo, sob a forma dum ritmo que comporte a renúncia momentânea à satisfação, a dilação, o tempo para cada coisa, a educação primária faz do corpo domesticado um instrumento de autodisciplina, de polícia, ou, se quisermos, de política.» [89]

Se, em especial, aliás, através de todos os automatismos adquiridos pelo corpo, o *habitus* constitui princípio indispensável das práticas sociais, não é legítimo afirmar-se que a análise destas possa esgotar-se na restituição daquele: uma forma de consciência difusa e parcelar, traduzindo-se, quer no mínimo de vigilância necessário para controlar o funcionamento dos referidos automatismos, quer, mais complexamente, na organização dos discursos racionalizadores da prática, acompanha-as sempre.

Aqui radica uma distinção que Bourdieu considera indispensável para dar conta da pluralidade de efeitos de sentido associados às práticas sociais: a que opõe *«maîtrise» prática* a *«maîtrise» simbólica* da prática [90].

Ambas remetem para formas de competência que os agentes accionam no processo de produção das suas práticas. Só que, enquanto no primeiro caso essa competência e correspondente domínio da prática excluem o recurso à reflexão e explicitação dos princípios que estão na sua origem e os estruturam, já no segundo a relação com as práticas é mediatizada por um conjunto de regras explícitas que, privilegiadamente sob a forma de discursos que os agentes produzem acerca das suas condições de existência, constituem autênticas teorias espontâneas sobre o social.

Ignorar esta distinção, que, portanto, opõe um saber imediato e destituído de regras às formas semieruditas de pensar as práticas sociais, implica, segundo Bourdieu, que não exista, no plano teórico, uma adequada caracterização das diferenças entre *mitos* e *ideologias*. Rigorosamente, diz-nos, só os primeiros, porque se fundam no *habitus*, ele próprio produto duma prática anónima e colectiva *(mitopoiética)*, se podem considerar destituídos de autor. As ideologias, essas, são indissociáveis do «corpo de especialistas em manipulação simbólica» que numa dada formação social tendem a monopolizar a competência e o poder de racionalização da prática; produto dum campo de produtores especializados, as ideologias são, portanto, redutíveis, em larga medida, aos interesses específicos dos seus «autores».

Se as regras explícitas características da *maîtrise* simbólica surgem quando as montagens de *habitus* que permitiam fazer face à diversidade de situações comuns passam a defrontar condições inéditas, ao ponto de esgotarem a respectiva capacidade de generalização e transposição, a formulação daquelas permanece, contudo, regulada pela estrutura de opera-

---

[89] «Théorie de la pratique», in *La Pensée*, n.º 178.

[90] *Maîtrise pratique* e *maîtrise symbolique* não são expressões de tradução fácil. Apontando, consoante os contextos verbais em que se inserem, tanto para «domínio» como para «competência», optámos, ao traduzi-las, por manter parcialmente a designação original, ou, noutros casos, por recorrer a um ou outro destes vocábulos.

dores do *habitus*. Porque o reforço da competência prática que a *maîtrise* simbólica promove é determinada, em última instância, pelo grau de disponibilidade da própria *maîtrise* prática, parece então poder afirmar-se que a eficácia do simbólico não ultrapassa os limites que esta lhe impõe.

Eis uma questão que importa desenvolver quando, no próximo número, tentarmos formular um balanço das principais teses retidas.

3. *HABITUS*, INSTINTO DE CLASSE E CONSCIÊNCIA DE CLASSE (DE BOURDIEU A POULANTZAS)

Não é possível encarar e muito menos assumir as posições teórico-epistemológicas de Pierre Bourdieu sem proceder a um reexame atento dalguns pressupostos e argumentos em que se apoia grande parte das análises sobre as sociedades. No que nos diz mais directamente respeito, é bem claro que tomar posição relativamente aos fundamentos da «teoria da prática» que ele nos propõe implica, no mínimo, repensar, não só várias das proposições genéricas da parte I deste trabalho, como ainda a própria hipótese em que assenta toda a organização da parte II.

O primeiro ponto a esclarecer diz justamente respeito ao que num e noutros locais se entende por prática (práticas sociais, prática social).

Enquanto até aqui, e embora sublinhando a especificidade das diferentes práticas sociais, sempre tínhamos utilizado tais vocábulos na acepção de «trabalho de transformação duma matéria-prima num produto final, com utilização de certos meios de trabalho», passámos a ser confrontados, a propósito de Bourdieu, com uma sua bem diversa definição: encarando-a como «produto de relação dialéctica entre uma situação e um *habitus*», insiste-se aqui na urgência de a prática ser restituída «como tal», isto é, «no próprio movimento da sua efectuação». A uma prática necessariamente descentrada, tal como surgiu na nossa proposta inicial, opõe-se, no âmbito da atitude epistemológica correspondente ao modo de conhecimento praxeológico que Bourdieu subscreve, uma prática tida como indissociável dos agentes individuais ou colectivos que a produzem; contra os espaços homogéneos, porque metodologicamente simplificados, que o primeiro conceito delimita, o espaço forçosamente centrado e, portanto, complexo para que o segundo remete.

Um pormenor em que convém insistir: enquanto nas partes I e II constantemente nos referimos à *multiplicidade* de práticas sociais, de que destacámos, por motivos óbvios, a *prática ideológica*, toda a proposta de Bourdieu alude à(s) prática(s) ou à prática social, sem consideração explícita de níveis analíticos relativamente autónomos que se pudessem considerar seus qualificativos. A uma prática entendida como um complexo de objectos conceptuais (ou, se preferirmos, como um objecto conceptual complexo) contrapõe-se em Bourdieu a prática «enquanto prática», isto é, referida aos princípios que realmente a regem na sua singularidade histórica.

Pressupondo que, duma forma geral, aderimos ao que Bourdieu propõe no *Esquisse...*, teremos de, retrospectivamente, pôr em causa o que então deixámos dito a propósito da prática ideológica?

Se recordarmos que a parte I do trabalho tinha por objectivo localizar em termos globais o *objecto ideologias* no âmbito das principais *problemáticas* sociológicas e que a parte II pretendia, por seu turno, derivar a especificidade de *funcionamento* do ideológico a partir dalguns resultados pro-

duzidos pelas ciências da linguagem, se recordarmos um e outro facto, dizíamos, a resposta à pergunta acima formulada não poderá deixar de ser negativa.

Tratava-se, com efeito, de assinalar e circunscrever, *na teoria*, o conjunto de objectos conceptuais que, contra as evidências do senso comum e as redundâncias do empirismo sociológico, nos permitissem dar conta da dimensão significativa das sociedades. Definir prática ideológica como um trabalho (descentrado, insista-se) de transformação, pelos sistemas ideológicos, de efeitos de sentido, e distinguir, por força desse conceito, *ideologias* de *manifestações ideológicas*, bem como *produção* de *circulação* de sentido, corresponde ao conjunto de operações teóricas necessárias — mas também suficientes, dados os objectivos de então — para apoiar a ruptura objectivista na análise sociológica das ideologias.

A virtual contradição entre as referidas acepções de prática resulta, entretanto, do diferente grau de abstracção e generalidade em que se situam. Entre os conceitos de prática, em geral, e de práticas regionais — altamente abstractos e genéricos — e o de «prática enquanto tal» — necessariamente concreto e muito complexo — existe, com efeito, uma evidente descoincidência no que diz respeito ao número e tipo de determinações que envolvem. Nem por isso, contudo, será legítimo afirmar-se que a análise concreta de situações concretas — para o que, como é óbvio, só o último conceito remete directamente — possa dispensar a permanente referência aos do primeiro tipo. A forma como Bourdieu caracteriza o modo de conhecimento praxeológico, insistindo em considerá-lo como alternativa ao objectivismo capaz de inequivocamente se abster de quaisquer conivências com os protocolos do conhecimento fenomenológico, disso mesmo nos dá, aliás, fortes garantias.

As variantes da teoria geral da acção que, como o interaccionismo e a etnometodologia, ocupam posições tendencialmente hegemónicas no quadro da formação teórico-ideológica identificada em termos institucionais por sociologia não são, pois, apesar da sua, por vezes, obsessiva preocupação em restituir as regras a que obedecem as condutas sociais (mesmo as aparentemente insignificantes), contrapartida válida para as limitações do objectivismo: a ânsia de reconstituição dos rituais sociais, em vez de se traduzir na necessária crítica dos efeitos de objectivação implícitos em qualquer tomada de posição objectivista desprevenida, resume-se, nessas perspectivas, à redundante descrição fenomenológica do modo de execução, por actores sociais-em-situação, das normas institucionalizadas na sociedade. Dar conta dos comportamentos sociais, ao nível de especificação que o interaccionismo e a etnometodologia explicitamente reivindicam, exige, dir-nos-á Bourdieu, a construção dum conjunto de operadores teóricos capazes de relacionar dialecticamente sistemas de disposições interiorizados, isto é, *habitus* de classe, com situações objectivas; exige, em suma, a elaboração de uma teoria do social que não exclua, antes privilegie, a prática «no próprio momento da sua efectuação» [91].

Registe-se, entretanto, que o carácter polissémico de «prática» está estreitamente associado à própria ambiguidade semântica do termo *produ-*

[91] Para uma breve mas incisiva análise crítica do interaccionismo e da etnometodologia, ver *Esquisse...*, pp. 179 e 184, e ainda Eliseo Verón, «Vers une 'logique naturelle des mondes sociaux'», in *Communications*, n.º 20, Paris, Seuil, 1973, pp. 270-272.

ção. Para a ultrapassar propõem Michel Pêcheux e Catherine Fuchs [92] que se distinga a acepção económica de produção, não só da sua acepção epistemológica (produção de conhecimentos) e psicolinguística (produção de mensagens) [93], como ainda da que é assumida sempre que se utiliza a expressão *produção dum efeito*.

Quando, preocupados em definir a especificidade do ideológico, aludíamos à produção de efeitos de sentido, estávamos, como parece óbvio, a apontar para a última de tais acepções [94]. Tratando-se, nessa altura, de romper com as «evidências» espontâneas sobre a «criação/compreensão» do sentido da acção social, impunha-se-nos a construção dum conjunto de objectos conceptuais que radicalmente recusasse os pressupostos individualista e empirista do senso comum: falar em produção (sem autor) de significações ideológicas, por um lado, e privilegiar o plano dos meios de produção da prática ideológica em relação ao das suas manifestações, por outro, constituíram as operações teóricas mais salientes dessa ruptura. Embora propondo diferentes «fechamentos de campo» e adoptando outras das acepções previstas por Pêcheux e Fuchs, todas as referências ao termo *produção* (ou, eventualmente, *trabalho*) se inseriam, de resto, num projecto epistemológico deste tipo.

Se, como vimos, o conceito de prática adquire, em Bourdieu, um muito maior grau de especificação, ao ponto de podermos afirmar que nos restitui *directamente* o «universo observável» dos comportamentos sociais, já se vê que será igualmente doutro tipo a acepção de produção que lhe é subjacente. Os «princípios geradores constitutivos do *habitus*», embora sendo do âmbito do *modus operandi*, e não do *opus operatum*, não podem, de facto, ser pensados aqui independentemente dos agentes seus portadores e das estratégias reais que definem. Dar conta das práticas sociais, de forma compatível com as intenções epistemológicas correspondentes ao modo de conhecimento praxeológico, nunca será pois redutível a uma explicitação dos diferentes processos de produção para que os conceitos das várias práticas regionais remetem — esse objectivo exigirá sempre o accionamento duma *teoria do «habitus»*, ela própria desdobrada quer no sentido da restituição do processo de socialização, quer no da análise das conjunturas entendidas como «conjunção *necessária* de disposições e dum *acontecimento objectivo*» [95].

Que, nesta perspectiva, a temática da *reprodução social* adquira contornos qualitativamente diferentes dos que resultam da formulação aqui já criticada (ver n.º 3 da parte I deste trabalho), eis o que, com alguma clareza, resulta da seguinte passagem do *Esquisse...*: «Ignorar a relação dialéctica entre as estruturas objectivas e as estruturas cognitivas e motivadoras que elas produzem e tendem a reproduzir e esquecer que estas estruturas objectivas são, elas próprias, produtos de práticas históricas incessan-

---

[92] «Mise au point et perspectives à propos de l'analyse automatique du discours», in *Langages*, n.º 37, Paris, Didier-Larousse, p. 11, nota 5.

[93] Sobre o alcance de tal perspectiva leia-se, de F. Rossi-Landi, «Le langage comme travail et comme marché», in *L'Homme et la société*, Paris, Anthropos, 1973, e ainda Augusto Ponzio, «On language as work and trade», in *Semiotica*, Mouton, 1972.

[94] Caberia, aliás, perguntar aqui se a chamada *produção de conhecimentos* não constitui um caso particular da «produção de efeitos de sentido»; ver, sobre este ponto, Saül Karsz, *Théorie et politique: Louis Althusser*, Paris, Fayard, pp. 204 e segs.

[95] *Esquisse...*, p. 185.

temente reproduzidas ou transformadas por práticas históricas cujo princípio produtor é, ele próprio, o produto das estruturas que por esse facto tende a reproduzir, corresponde a votarmo-nos a reduzir a relações entre as diferentes instâncias, tratadas como 'diferentes traduções da mesma frase', [...] à fórmula lógica que permite encontrar seja qual for dentre elas, a partir de uma delas.» [96] Dispensamo-nos, por agora, de insistir no tema.

Importa não esquecer, entretanto, que as teses de Pierre Bourdieu — nomeadamente as que se condensam na *teoria do «habitus»* — estão a ser discutidas aqui com o objectivo último de esclarecer o alcance do pressuposto metodológico (e, portanto, também teórico) da «determinação em última instância» das ideologias pela base material das sociedades.

A acreditar em Louis Pinto, não poderia, aliás, ser essa a vocação dos trabalhos a que nos referimos: «saber *como* o *habitus* se forma», diz-nos ele, «é uma questão que, como a da sua durabilidade, irreversibilidade, etc., se dirige essencialmente à psicologia social» [97], remetendo para características antropológicas sobre as quais a sociologia — e, portanto, Bourdieu — não deveria tomar posição.

Não valerá, por certo, a pena mostrar em pormenor que não é este o nosso ponto de vista. Tendo embora reconhecido já que o problema só poderá ser plenamente resolvido no quadro duma pesquisa de vocação interdisciplinar, recusamo-nos, com efeito, a aceitar que o objecto teórico da sociologia esteja impedido de sobre ele constituir a sua própria «pertinência» [98]: não há uma correspondência biunívoca entre, por um lado, objectos ou processos sociais (e a génese do *habitus* é, sem dúvida, um deles) e, por outro, as diferentes formações disciplinares que integram o conjunto das ciências sociais — estas é que, ao construírem progressivamente o respectivo objecto teórico, vão estipulando modos *específicos* de dar conta da realidade social. Ora, se é certo que a sociologia não pôde definir ainda com precisão as fronteiras e a estrutura da sua matriz teórica — no que, de resto, em nada difere de outras ciências sociais, como, justamente (e talvez por maioria de razão), a própria *psicologia social* —, a verdade é que as práticas de investigação institucionalmente reconhecidas como sociológicas sempre procuraram explicar, *do seu ponto de vista*, o referido processo.

Não duvidando de que, porventura, só no âmbito da *psicologia*, em especial através de trabalhos como os de Henri Wallon e Jean Piaget sobre a *psicogénese* do conhecimento [99], se tenha atingido inequívoco grau de

---

[96] *Esquisse* , p. 186.

[97] «La théorie de la pratique», cit., p. 61, nota 15.

[98] Sobre o «princípio da pertinência» ver Roland Barthes, «Éléments de sémiologie», in *Le degré zéro de l'écriture*, Paris, Gonthier, 1969, pp. 169 e segs.

[99] Leia-se, de Henri Wallon, *Do Acto ao Pensamento*, Lisboa, Portugália, 1966, e, de Jean Piaget, *Introduction à l'épistémologie génétique* (3 vols.), Paris, Presses Universitaires de France, 1950, ou, a um nível mais elementar, *Problemas de Psicologia Genética*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1973, e *Psicologia e Epistemologia*, id. Em Armando Castro, *Teoria do Conhecimento Científico* (vol. I), Porto, Limiar, 1975 (em especial no n.º 2 do capítulo terceiro), encontrar-se-á uma excelente síntese das principais propostas da psicologia genética; veja-se ainda Nicole Galifret Granjon, «La théorie opératoire de la connaissance de J. Piaget», in *La Pensée*, n.º 152 (Agosto de 1970), e Clara Dan, «Empirisme et réalisme de Marx à Piaget», in *Épistémologie et Marxisme*, Paris, Union Générale d'Éditions, col. «10/18», 1972.

desenvolvimento e rigor nestes domínios, insistimos, pois, na capacidade da sociologia para designar e articular, segundo protocolos que lhe são próprios, um conjunto de variáveis (ou blocos de variáveis) adequados a uma parcial resolução teórica do problema da socialização. Mais: uma certa coincidência terminológica e substantiva entre o *Esquisse...* e algumas proposições da psicoepistemologia genética de J. Piaget leva-nos mesmo a admitir que as problemáticas em causa, situando-se embora em sedes disciplinares diversas, são eminentemente *complementares*. Se, com efeito, J. Piaget nos demonstra que os esquemas que conferem significação aos objectos e «organizam» o mundo exterior nascem da acção prática do *sujeito cognoscente* sobre os objectos e das coordenações dessa acção, obedecendo, além disso, a leis próprias de estruturação sucessiva, P. Bourdieu vem, por seu turno, afirmar-nos que não há esquemas universais de pensamento, remetendo para uma pretensa «natureza humana» — há, isso sim, formas de inteligibilidade que, por serem fundadas em «*habitus*» *de classe*, são sempre historicamente determinadas e, portanto, descoincidentes.

Fosse outro o objectivo deste trabalho, e valeria a pena retirar algumas consequências de tais zonas de convergência e complementaridade teóricas.

Do conjunto de materiais que procurámos delimitar no número anterior resulta, pelo menos, a convicção de que o problema da génese das ideologias se há-de resolver em termos de determinações materiais de *competências* (práticas e/ou simbólicas, já iremos ver) *efectivamente accionadas pelos agentes sociais*. De acordo com tal projecto, não deverá, portanto, o objectivo de análise esgotar-se no estabelecimento de correspondências entre, de uma parte, «condições de existência» e, de outra, repositórios de símbolos e operações lógicas codificadas *na/pela teoria* a partir das manifestações ideológicas. Qualquer perspectiva que ignore esta precaução remete inevitavelmente para uma problemática de *co-variações*, e não, como de facto nos interessa, para uma problemática de causalidade [100]; permitirá, eventualmente, a descoberta de algumas *regularidades* indiciadoras do processo de produção social de sentido, nunca a dos operadores capazes de as articularem com os demais níveis de análise das sociedades.

Se tivermos em conta que, para Bourdieu, o conceito de ideologia se deve restringir ao tipo específico de competência que ele designa por «*maîtrise*» simbólica e faz coincidir com a sistematização *explícita* dos princípios da prática, já se vê que se nos há-de impor uma indagação atenta acerca do lugar e função do *habitus* na teoria do ideológico.

Efectuá-la-emos, aceitando, numa primeira fase, que é legítima ou, pelo menos, defensável a referida restrição.

O esquema de causalidade que Bourdieu implicitamente nos propõe inclui o *habitus* como bloco de variáveis *intermediário* entre aqueles que, em termos bastante vagos, aliás, assinala as «condições materiais de existência» (bloco de variáveis independente) e um outro que, justamente, constitui o bloco de variáveis a explicar, isto é, a própria competência simbólica ou ideologia em sentido estrito. Dois tipos de relações de causalidade então: o que directamente diz respeito à génese dos *habitus* de classe, em primeiro lugar; o que se estabelece entre estes e as várias formas de *maîtrise* simbólica, depois. Se, considerados na sua globalidade, eles nos apontam o modelo que há-de fundamentar uma teoria materialista das ideologias,

[100] Reveja-se, uma vez mais, a parte I, especialmente o seu n.º 3. Só nesta altura será possível retirar-lhe todo o alcance.

revestem a adicional característica de, em termos inequívocos, recuperarem o processo de socialização, quer como problema central da sociologia, quer ainda como núcleo daquela teoria regional.

A importância de tal facto sairá, por certo, reforçada se atentarmos na incidiência das formulações que, reivindicando-se explicitamente do materialismo histórico, procuram apontar nesta direcção.

O tom persistentemente descritivo que a clássica dicotomia *instinto de classe/consciência de classe* tem assumido é bem elucidativa disso mesmo, não deixando, aliás, de ser curioso que um dos mais importantes autores marxistas contemporâneos, Nicos Poulantzas, só numa das suas obras mais recentes [101] a tenha explicitamente retomado para apoiar uma versão corrigida da sua proposta de caracterização das classes sociais ao nível do ideológico. A importância atribuída na «Introdução» do referido livro à temática dos aparelhos ideológicos do Estado e à «reprodução das classes sociais» reforça sintomaticamente o nosso convencimento de que a resolução do problema da socialização é uma tarefa teórica inadiável [102].

Duas ou três passagens do texto vão exigir-nos comentário atento.

«Já que se fala de aparelhos ideológicos», adverte-nos Poulantzas, «é preciso ter em conta que estes aparelhos, *da mesma forma que não criam* a ideologia, não são os factores primeiros ou exaustivos da reprodução das relações de subordinação/dominação ideológica. Os aparelhos ideológicos não fazem mais do que elaborar e inculcar (materializar) a ideologia dominante: não é a Igreja que, como sustentava Max Weber, cria e perpetua a religião, mas a religião que cria e perpetua a Igreja.» E Poulantzas acrescenta: «[...] as análises de Marx sobre o fetichismo da mercadoria que se liga precisamente com o processo de valorização do capital oferecem um excelente exemplo duma reprodução da ideologia dominante que ultrapassa os aparelhos [...] da mesma forma que não são os aparelhos ideológicos do Estado que *criam* a ideologia dominante, também não são os aparelhos revolucionários — o partido — da classe operária que criam a ideologia proletária: *elaboram-na* e *sistematizam-na*, produzindo a *teoria revolucionária*.» [103]

Seria injusto não reconhecer que se encontra aqui implícita uma pertinente crítica ao modo como a tradição idealista da sociologia (nomeadamente através da sua variante «funcionalista/institucionalista») tem pretendido dar conta do processo de socialização. Neste aspecto, contudo, a posição de Poulantzas não nos parece diferir substancialmente da que o próprio Bourdieu nos propõe: também este, com efeito, afirma que o arbitrário cultural inculcado pelo trabalho pedagógico nas instâncias de socialização (ou, noutra terminologia, nos aparelhos ideológicos) é definido pelas relações de força entre as classes sociais, nunca decorrendo, pois, como na referida versão se presume, da simples «iniciativa», tida *a priori* por funcional relativamente à «totalidade orgânica» das sociedades, dessas mesmas instâncias.

A referência a um modo de reprodução das ideologias que ultrapassa os próprios aparelhos ideológicos, prolongada, exemplificativamente, pela

---

[101] *Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui*, Paris, Seuil, 1974.

[102] Em «À propos de l'impact populaire du fascisme», *in* Maria-A. Macciocchi (org.), *Éléments pour une analyse du fascisme*, vol. I, Paris, Union Générale d'Éditions, 1976, Poulantzas volta ao tema, com o grau de especificação que a análise de situações concretas impõe.

[103] *Les classes sociales...*, pp. 35-36.

afirmação de que a unidade de produção, na sua forma capitalista, constitui, também ela, um aparelho (já que reproduz, pela divisão social do trabalho que acolhe — «organização despótica do trabalho» —, as relações políticas e ideológicas constitutivas, ao seu nível, das classes sociais), não só promove um enorme alargamento do âmbito do que deve entender-se por socialização, como contribui ainda para uma crítica frontal dos efeitos de coisificação de instâncias a que já várias vezes aludimos: «[...] a reprodução das relações ideológicas [...] não tem que ver apenas com os aparelhos ideológicos, como se tudo o que se passa na 'produção' não dissesse senão respeito ao 'económico', como se os aparelhos ideológicos se reservassem o monopólio das relações de dominação ideológica.» [104]

Apetece, a este propósito, apelar para a fórmula de Eliseo Verón, segundo a qual «existe um único *'universo de observáveis' para todas as ciências sociais: a conduta e seus produtos materiais*» [105]. Que, *para efeitos analíticos*, eles possam ser alternativamente encarados como «económicos» (isto é, associados ao processo de transformação prática da natureza), «ideológicos» (associados aos mecanismos sociais de sentido) [106] e «políticos» (associados ao processo de organização/consolidação repressiva das sociedades de classes), é o que resulta (ou deveria resultar) da já clássica perspectivação das formações sociais em termos de «instâncias»: o económico, o ideológico e o político [107].

A sugestão de Poulantzas, inteiramente subscrita, como dissemos, pelas teses de Bourdieu sobre o modo de constituição do *habitus*, vem permitir-nos falar do mesmo «universo de observáveis» *a partir de um outro ponto de vista:* a inculcação das formas de inteligibilidade social pela *circulação de sentido*. Sem querermos forçar a «inauguração» duma quarta «instância», reivindicaríamos, contudo, até porque só ela permite pensar adequadamente o problema da reprodução das relações de produção, a autonomia teórica relativa desse processo. Parafraseando Daniel Vidal, para quem qualquer sociedade «trabalha, fala e se autodirige» [108], diremos então, por nossa parte, e também metaforicamente, que qualquer sociedade trabalha, fala, *aprende a falar* e se autodirige.

É a ampla, mas não totalmente assumida, generalização do conceito de aparelho ideológico que permite a N. Poulantzas fundamentar a distinção entre «instinto de classe» e «consciência de classe» e dar conta da eventual descoincidência de sentido entre certas «práticas político-ideológicas materiais específicas» [109] duma classe e o modo de racionalização/formalização

---

[104] *Les classes sociales...*, p. 36. No mesmo sentido apontam inúmeras passagens de *O Capital* dedicadas à organização da fábrica capitalista (ver, em especial, liv I, secção IV, cap. XIV). Sobre o mesmo tema recomenda-se ainda a antologia *Divisão Social do Trabalho, Ciência, Técnica e Modo de Produção Capitalista*, Porto, Publicações Escorpião, 1974, sobretudo «Origens e funções do parcelamento das tarefas», de Stephen Marglin, e «Democracia e autoritarismo na produção», de Dominique Pignon e Jean Querzela.

[105] *Ideologia, Estrutura e Comunicação*, São Paulo, Cultrix, 1970, p. 57.

[106] Reveja-se a definição de manifestação ideológica adoptada nas partes I e II deste trabalho. Verificar-se-á a inteira compatibilidade entre a extensão que lhe atribuímos e o sentido da anterior citação de E. Verón.

[107] A utilização de adjectivos, ainda que substantivados, para designar as instâncias é preferível à de expressões como *a economia, a ideologia, a política;* a tentação de coisificação surge, com efeito, reforçada neste último caso.

[108] «Formation sociale et mouvements sociaux», in *Sociologie et sociétés*, vol. II, n.º 2, Montréal, Novembro de 1970, p. 173.

[109] *Les classes sociales...*, p. 19.

(discursiva, quase sempre) que lhes corresponde. Se não é possível vislumbrar na «Introdução» que vimos comentando qualquer desenvolvimento teórico sobre as relações de determinação recíproca existentes entre os dois tipos de inteligibilidade para que as noções de instinto e consciência de classe remetem, julgamo-nos autorizados a subentender que, dum modo geral, Poulantzas aceita o modelo estabelecido por Bourdieu para, a propósito, por exemplo, do direito consuetudinário, definir as relações entre *habitus* de classe (ou *maîtrise* prática) e ideologias (ou *maîtrise* simbólica): a formulação de regras explícitas com o objectivo de colmatar as lacunas do *habitus*, reforçando embora o domínio e competência práticos correspondentes a este último, pressupõe e permanece regulada pelos esquemas constitutivos do *habitus* (determinação em última instância por este, eficácia derivada da competência simbólica). Não será, com efeito, isto mesmo que, embora em termos imprecisos, Poulantzas nos sugere quando, aludindo a uma classe operária sem «consciência de classe própria», precisa que a sua «existência económica» sempre se traduz por «práticas político-ideológicas específicas» que acabam por «atravessar» o seu «'discurso' burguês» e quando, por outro lado, faz depender da mesma consciência de classe a possibilidade de intervenção das classes como *forças sociais?*

Quanto à génese do instinto de classe, problema que, como é óbvio, aponta, no modelo de causalidade já explicitado, para o primeiro tipo de relações que o integram e é, portanto, sobreponível ao das determinações materiais do *habitus*, não parece que as posições de Poulantzas possam ultrapassar o horizonte das boas intenções teóricas. Acontece que, também no plano do conhecimento, as boas intenções (ainda que materialistas) são, se como tal se quedarem, inconsequentes, jamais podendo dispensar as sinuosidades e riscos da demonstração científica; por outras palavras: não basta, como faz Poulantzas, afirmar em abstracto que «qualquer lugar objectivo de classe no processo de produção se traduz *necessariamente* [...] por um lugar específico de classe nas relações políticas e ideológicas da divisão social do trabalho» — é necessário prová-lo a todos os níveis de especificação.

A superioridade do *Esquisse...* consiste precisamente em ter *tornado possível* esse trabalho, *no quadro duma problemática materialista sobre as sociedades* [110].

Valerá a pena acrescentar que o trajecto a percorrer está muito longe do seu termo? Vejamos.

Não é claro, em primeiro lugar, que Bourdieu tenha desenvolvido os instrumentos teóricos indispensáveis à necessária desintegração do complexo bloco de variáveis correspondente às «condições materiais de existência». Que lugar, função e peso específico atribui ele, no âmbito desse bloco, ao processo de produção? Bastará, a esse propósito, assinalar, de forma aparentemente acidental, que, «em última análise», as estruturas objectivas são determinadas pelas «bases económicas da sociedade»? [111] Autorizarão, por outro lado, as teses de Bourdieu que se privilegie no referido bloco o conjunto conceptual das relações económicas de produção, ao ponto de, correndo o risco de empobrecer a análise por alienação de media-

[110] A revista *Actes de la recherche en sciences sociales*, cujo primeiro número data de Janeiro de 1975, tem sido o veículo privilegiado dos resultados de investigação que se reclamam desta perspectiva teórica.

[111] *Esquisse...*, p. 185.

ções, a ele se reduzir o complexo de determinaçõs dos *habitus* e ideologias? [112]

Outra questão: por razões de simplicidade, aceitámos até agora, sem discussão, a proposta de reservar o vocábulo *ideologia* para o tipo específico de competência que Bourdieu designa por «*maîtrise*» simbólica. Se, como ele próprio nos diz, o *habitus* funciona, entretanto, em cada momento, «*como matriz de percepções, de apreciações e de acções*» e está na base do carácter unitário e sistemático do *sentido* objectivo associado às práticas dum mesmo grupo ou classe, e se, por outro lado, o conceito de ideologias (ou de ideológico) sempre se tem utilizado para, justamente, dar conta quer das formas historicamente diferenciadas de *inteligibilidade social*, quer, em geral, da *dimensão significativa* das sociedades — justificar-se-á a insistência numa distinção marcada entre *habitus* e ideologias?

Desenvolveremos nos próximos números alguns elementos importantes para precisar tais perguntas e encetar as correspondentes respostas.

4. IDEOLOGIAS TÉCNICO-EMPÍRICAS E IDEOLOGIAS ESPECULATIVAS (HERBERT)

Pertence a Thomas Herbert uma das mais corajosas tentativas para fundamentar teoricamente a articulação entre o ideológico e a base económica das sociedades [113]. Embora se trate de uma formulação aparentemente abandonada quer pelo autor, quer, dum modo geral, pelos especialistas na análise das ideologias [114], parece-nos plenamente justificável, pela qualidade e densidade de sugestões que contém, que aqui se lhe faça referência atenta.

Privilegiemos, antes de mais, as próprias palavras do autor.

Diz T. Herbert que, enquanto referida ao processo de produção, a ideologia «aparece como o processo original pelo qual os conceitos operatórios técnicos, tendo a sua função primeira no processo de trabalho, são destacados da respectiva sequência operatória e recombinados num discurso original»; ao efeito produzido por tal reorganização propõe ele que se chame *efeito de conhecimento ideológico* (efeito de sentido, diríamos nós) *de tipo «A»*. Não ignorando, por certo, as páginas de *O Capital* onde Marx distingue o trabalho humano de todas as formas de actividade animal (liv. I, 3.ª secção, cap. VII), T. Herbert acrescenta, para fundamentar a sua definição, que o processo de produção (seria mais correcto aludir, neste contexto,

---

[112] Foi justamente esta operação de redução que Althusser teve de assumir para precisar e reforçar o aspecto prático das ideologias. Deixou de falar da «relação imaginária dos indivíduos com as suas condições reais de existência», para, em trabalhos mais recentes, afirmar que tal relação imaginária se reporta às *relações de produção*. Saül Karsz, em *Théorie et politique: Louis Althusser*, já citado, justifica assim essa transformação: «São, com efeito, estas [as relações de produção] que, em última instância *(en dernier ressort)*, dão sentido às condições reais de existência, condições económicas e políticas, mas também naturais, físicas, biológicas. Nenhuma de tais condições é dada em estado bruto. A sua acepção é regulada pelas relações de produção.» (P. 203.)

[113] Referimo-nos a dois artigos publicados na revista *Cahiers pour l'analyse:* «Réfléxions sur la situation théorique des sciences sociales et, spécialement, de la psychologie sociale» (n.º 2) e, em particular, «Remarques pour une théorie générale des idéologies» (n.º 9).

[114] Bastará ter em conta os mecanismos sociais e institucionais que, à escala mundial, regulam o acesso ao capital cultural para nos obrigarmos a acompanhar tal afirmação de todas as possíveis ressalvas.

a processo de trabalho) se define como «a combinação específica do objecto (matéria-prima), do instrumento e da força de trabalho, armada de conceitos operatórios adequados», isto é, «sob o controlo de uma ideologia de forma técnico-empírica que assegura o *sentido do objecto produzido*» [115].

A «forma especulativa» da ideologia, que Herbert considera referir-se às relações sociais de produção, e não já ao processo de trabalho, definir-se-á, por seu turno, como «um mecanismo produzido e conservando as diferenças necessárias ao funcionamento das relações sociais de produção nas sociedades de classes, e, em primeiro lugar, a 'diferença' fundamental: trabalhador/não trabalhador»; a ideologia, identificada neste caso pela produção de efeitos de conhecimento ideológico de tipo «B», teria por função específica «dar a conhecer aos agentes da produção qual o seu lugar no interior desta» [116].

Reconhecendo, à partida, a inevitável coexistência das duas modalidades de ideologias nas formações ideológicas concretas — o que, sem dúvida, constitui, relativamente às exigências da pesquisa empírica, importante prevenção metodológica —, Herbert procura explicitar a especificidade da sua perspectiva: trata-se de invocar a oposição *forças produtivas/relações de produção* para, a partir dela, procurar, não propriamente a «natureza do objecto engendrado», mas a «forma do seu engendramento», ou, como também nos diz, o conjunto das «*condições formais* que regulam a aparição dos objectos de tipo 'A' e de tipo 'B'» [117].

A referência ao que ele considera serem, para esse efeito, importantes propriedades estruturais das ideologias acaba, porém, por nos remeter, numa primeira fase, muito mais para a especificidade do ideológico (que já nos ocupou na parte II do trabalho) do que, como agora realmente importaria, para a análise da articulação do ideológico com o económico. As duas formas das ideologias, diz-nos Herbert, correspondem a funções semiológicas distintas: a função *semântico-metafórica* (dominante na forma empírica), através da qual a ideologia se constitui em *sistemas de sinais* que balizam os comportamentos sociais («o conjunto dos gestos e falas efectuáveis»); a função *sintáctico-metonímica* (dominante na forma especulativa), que converte a ideologia fundamentalmente num *sistema de operações* articulando significantes [118].

Oposições elementares do tipo possível/impossível, acessível/inacessível, permitido/proibido, conveniente/inconveniente, etc., embora impliquem, para serem accionadas nas múltiplas manifestações ideológicas, o recurso a uma sintaxe elementar, não deixam, por isso, de constituir um sistema de sinalização, isto é, um sistema de atribuição de propriedades aos objectos empíricos — remeterão, portanto, segundo Herbert, para formas ideológicas com dominante semântico-metafórica. Discursos de grande complexidade sintáctica e retórica como os que integram a teologia, a moral, ou a política, se bem que não possam abdicar duma semântica elementar oriunda de ideologias de tipo «A», relevam basicamente, por seu turno, de formas ideológicas com dominante sintáctico-metonímica — as operações sobrepõem-se aos elementos, a sintaxe aos semantemas [119].

[115] «Remarques...», cit., pp. 77 e 78.
[116] Ibid., mesmas páginas.
[117] Ibid., p. 78.
[118] Ibid., pp. 79-80 e 84-86.
[119] Ibid., mesmas páginas.

Do princípio da dualidade, de acordo com o qual a ideologia funciona necessariamente segundo duas modalidades, de que só uma é dominante no interior de uma formação ideológica dada, e do princípio da desigualdade, que afirma a impossibilidade de se admitir a existência de formas de tipo «A» independentemente da de formas de tipo «B», resultarão para Herbert várias consequências importantes: «não existe ideologia 'A' em estado puro»; «qualquer ideologia 'A' deve passar no seu desenvolvimento por uma forma 'B'»; «uma ideologia 'A' opõe na sua forma 'B' uma resistência sintáctica que a 'transformação produtora do objecto' tem por efeito vencer»; «uma ideologia 'B' pode *aparecer* na estrutura social sob a forma 'A' [...] sem deixar de funcionar sob a forma 'B'»; «as ideologias 'B' funcionam segundo uma *dominação sintáctica primária,* que opõe uma resistência específica [...] à transformação/produção do seu objecto» [120]. Insistindo numa terminologia que uma vez mais o aproxima, embora com rigor discutível, das preocupações características das ciências da linguagem [121], Herbert conclui que as formas ideológicas empiricamente referenciáveis podem ser codificadas pelo cruzamento das seguintes dimensões: *a*) semântica, permitindo «recortar» *(découper)* a realidade através de elementos sintagmáticos mínimos; *b*) sintáctica, contendo, sob a forma de um conjunto de operadores, as leis de combinação dos elementos sintagmáticos; *c*) retórica, produzindo, por intermédio da metáfora e da metonímia, os efeitos de conhecimento ideológico das formas «A» e «B».

É sobretudo, ainda, a partir de uma teoria de vocação semiológica que Herbert procura restituir a «forma de engendramento» dos objectos ideológicos de tipos «A» e «B». Sem querermos adiantar-nos ao conjunto de observações críticas que adiante irão ser formuladas, deixamos desde já registado que esse facto não está, por certo, desligado da propensão *formalista* de algumas das suas teses.

Reportando-se sempre aos três níveis analíticos que a análise das formações sociais tradicionalmente tem privilegiado — o económico, o político e o ideológico —, Herbert constrói o essencial da sua proposta em torno da definição de dois tipos de *processos semiológicos:* os metonímicos, através dos quais «uma sintaxe organiza os elementos semânticos do nível correspondente», e os metafóricos, que operam os deslocamentos do «material semântico posto em jogo pela estrutura» [122].

Dir-nos-á, assim, que é justamente por força do primeiro destes processos que os semantemas referidos ao processo de trabalho — «marcas específicas definindo, para um determinado modo de produção, o carácter 'empiricamente dado' de *certas* matérias-primas, de *certos* instrumentos, dum *certo* estatuto da força de trabalho» [123] — passam a funcionar num sistema de natureza sintáctica, por intermédio de operadores que apontam já para o domínio das relações de produção (é o caso, especifica Herbert, das leis de repartição dos instrumentos de produção e dos objectos de consumo).

Alguns elementos deste sistema semiológico — «chefe de empresa», «controlo de produção», «salário do trabalho fornecido», «operário», «con-

[120] «Remarques...», cit., p. 84.

[121] Recorde-se o que na parte II dissemos sobre a dissolução, proposta pelos estudos linguísticos mais recentes, dos limites entre a sintaxe e a semântica.

[122] «Remarques...», cit., p. 86.

[123] Ibid., p. 87.

trato de trabalho», etc. — assumirão, entretanto, por efeito de deslocamento metafórico, um novo sentido no âmbito do sistema de sinalização correspondente à *organização da produção na empresa*. O discurso erudito correspondente — discurso político, diz Herbert — tenderá a articular tais elementos de acordo com a sintaxe específica em que se integram os operadores jurídicos «que estão na base dos códigos, leis e instituições legais» (operadores de avaliação, de comparação, de igualização, etc.).

Um novo deslocamento metafórico — efectuado, desta vez, a partir do sistema jurídico-político — permitirá destacar os elementos constitutivos do campo semântico de sinalização propriamente ideológica, sobre eles se exercendo, portanto, a prática ideológica de tipo especulativo: termos como *o justo* e *o injusto, o conveniente* e *o reprovável* serão, pois, através de sintaxe própria, integrados nas «teorias» especulativas sobre o jurídico, a moral, o teológico, etc.

Em resumo: as leis económicas que estipulam a posição ocupada pelos agentes sociais no processo de produção são, através do processo metafórico, «*recalcadas e mascaradas noutras cadeias significantes*» que têm por efeito indicar aos sujeitos da produção essa posição como inevitável e, ao mesmo tempo, dissimular que tal posição lhes é, de facto, estipulada; a articulação dos elementos ideológicos constitutiva do efeito metonímico produz, por outro lado, uma «*racionalização-autonomização* em cada nível estrutural considerado», permitindo a identificação do sujeito com as estruturas política e ideológica, isto é, não só a constituição da subjectividade enquanto origem do que o sujeito diz e faz, como ainda a ilusão subjectiva pela qual se dissimula a posição dos agentes na estrutura social [124].

Porque o desenvolvimento desta última questão equivaleria, afinal, a retomar as teses sobre «a interpelação dos sujeitos em/como sujeitos do seu discurso» que já nos ocuparam na parte II do trabalho, limitar-nos-emos a referir, nesta altura, um ou outro corolário das propostas de Herbert que mais se aproxime das nossas actuais preocupações.

Admite ele, a este propósito, que a função de reconhecimento/desconhecimento característica do processo ideológico está justamente contida na referida ilusão subjectiva, exercitando-se, porém, de forma diferencial, consoante os tipos de «garantias» em que se apoia: a «garantia empírica», que permite à ideologia reflectir-se/apoiar-se nos «factos», no que é «dado», assegurando que «o significado está efectivamente 'por detrás' do significante», e a «garantia especulativa», que, por seu turno, põe já em jogo os mecanismos da comunicação (discursivos e, em geral, institucionais) em que se elaboram as formas de existência da individualidade subjectiva e do reconhecimento intersubjectivo.

A análise de tais formas ideológicas de existência implicará, entretanto, conclui Herbert, algo diverso da mera observação directa do que dizem e fazem os sujeitos «concretos» duma dada formação social; ela deve tentar atingir, esclarece-nos, «o mecanismo onde se elaboram as formas de existência da individualidade subjectiva, nas quais, precisamente, tal mecanismo se dissimula» [125].

Simples alusão à superioridade duma perspectiva teórica que, na análise da especificidade da prática ideológica, privilegie o plano dos meios de trabalho relativamente ao dos produtos? Se fosse esse o caso, estaríamos

[124] «Remarques...», cit., pp. 86-88.
[125] Ibid., p. 90.

afinal repetindo aqui o que no fim da parte I e em toda a parte II já claramente afirmámos.

Cremos, contudo, que, ao apontar, a propósito das tarefas teóricas essenciais do materialismo histórico, a importância da pesquisa sobre a «lei inconsciente» segundo a qual se desenvolvem os processos metafórico e metonímico, Herbert terá ido um pouco mais longe.

Assim, aludindo explicitamente ao trabalho pedagógico na família, diz-nos, por exemplo, que a reprodução dos processos ideológicos e, indirectamente, a dos homens como força de trabalho comportam como momento essencial o da «reprodução em cada sujeito humano» das já referidas operações de imposição/dissimulação.

O facto, porém, de, tanto nesta altura, como quando procura definir a «especificidade simbólica do animal humano», ele ter de recorrer, embora indicativamente, a Freud e aos trabalhos psicoepistemológicos de tendência freudiana revela, de forma sintomática, os limites da sua própria abordagem na análise das ideologias. Com efeito, apesar do rigor formal de que a mesma se reveste e do acréscimo de especificação que, através dela, é possível estabelecer para as relações entre o processo de produção e a dimensão simbólica das sociedades — aspectos não desprezíveis, aliás, na construção duma teoria materialista sobre o ideológico —, fica por resolver, no seu âmbito, o problema da articulação de instâncias, por ausência de uma clara equacionação, através de instrumentos de análise extra-semiológica, do processo de circulação/inculcação de sentido que temos designado por *processo de socialização*.

Se assumirmos o que atrás deixámos dito sobre as virtualidades do modo de conhecimento praxeológico e o conjugarmos com o evidente tom formalista, isto é, perversamente objectivista, de algumas proposições teóricas de Herbert, acharemos os motivos essenciais da referida incapacidade de análise. Pensar as determinantes materiais das ideologias e circunscrever, por essa via, o processo de socialização exigem, sem que isso implique qualquer cedência ao imediatismo desprevenido do conhecimento fenomenológico, uma superação dos limites que a própria ruptura objectivista envolve: duma perspectiva em que as práticas se presumem, em última análise, engendradas por modelos que a teoria construiu, importa passar a uma outra que faça coincidir o princípio da produção/reprodução das práticas com o processo de aquisição/accionamento do sistema de disposições constitutivo dos *habitus* de classe.

Poder-se-á concluir deste conjunto de observações que existe incompatibilidade insuperável entre as propostas teórico-epistemológicas de Bourdieu e as que estruturam o trabalho de Herbert?

A constatação, que a seguir explicitaremos, de algumas importantes convergências entre os dois pontos de vista leva-nos a responder negativamente à pergunta.

Num e noutro caso se recusa veementemente que possa ser considerada como não mediatizada, isto é, como directa e necessária, a relação de causalidade e estabelecer entre «condições materiais de existência» (frequentemente caracterizadas em termos de situação de classe) e «formas de consciência» (também reportadas às classes sociais suas «portadoras»). Se essa relação surge, em Bourdieu, complexificada quer através da distinção entre *habitus* e ideologias (ou entre *maîtrise* prática e simbólica), quer pela revalorização do problema da aprendizagem social, enquanto, em

Herbert, se desdobra num conjunto de mediações que, envolvendo a distinção entre ideologias técnico-empíricas e especulativas, partem sobretudo duma desintegração analítica do bloco das «condições materiais de existência», com evidente prejuízo do tratamento do problema da socialização, nem por isso deixaremos de afirmar estarmos perante terrenos de análise não só paralelos, como ainda parcialmente solidários.

A proximidade de âmbitos entre o conceito de ideologia especulativa e o de ideologia *stricto sensu*, propostos respectivamente por Herbert e Bourdieu, reforça essa tese. Apesar de se situarem em contextos teóricos diferentes, ambos procuram, com efeito, dar conta da competência simbólica accionada nos discursos racionalizadores da prática. Curiosamente, os exemplos a que em cada um dos casos se recorre para apoiar a respectiva caracterização chegam mesmo, como vimos, a sobrepor-se.

Não podendo, por outro lado, considerar-se o conceito de ideologias técnico-empíricas mais do que como um caso particular do de *habitus*, permanece a nossa convicção de que entre eles não há propriamente descontinuidade teórica: não serão grandes, de facto, as afinidades entre os «conceitos operatórios» com sintaxe elementar para que o primeiro aponta e os «esquemas de percepção, apreciação e de acções» a que Bourdieu alude quando nos fala do *habitus*?

O grande mérito de Thomas Herbert consistirá, entretanto, em ter tentado definir o que um dos seus mais atentos comentadores designou por «processo de semantização do modo de produção» [126]. Rompendo simultaneamente com dois importantes obstáculos à progressão do conhecimento sobre o ideológico — o idealista e o mecanicista [127] —, Herbert não hesitou em enfrentar, com instrumental teórico porventura inesperado, mas nem por isso menos consequente, o problema que o materialismo histórico quase sempre tem resolvido de forma ritualizada, isto é, acrítica: o do nexo causal entre lugares sociais na produção e lugares sociais no ideológico.

A ausência de uma referência sistemática até mesmo à questão dos aparelhos ideológicos do Estado — um dos raros indícios de que o processo de socialização não é, apesar de tudo, tema estranho à problemática do materialismo histórico — não lhe terá permitido, como já afirmámos, resolver o problema da articulação de instâncias; na perspectiva em que se situa — a qual sabemos corresponder basicamente à da análise semiológica — pôde, contudo, definir um conjunto de operadores teóricos que, numa abordagem interdisciplinar das «razões de ser» das ideologias, sempre terão lugar e bem definido. Não deixa de ser curioso anotar, aliás, que são as relações de determinação recíproca entre ideologias técnico-empíricas e especulativas, e não as que directamente articulam aquelas com o processo de trabalho, as que, na proposta de Herbert, maior grau de elaboração adquirem — significativo indicador este, com efeito, da pertinência, mas também dos limites do seu ponto de vista.

Valeria a pena, ainda a este propósito, explorar a possível homologia entre tais relações e as que se estabelecem entre forças produtivas e relações de produção: constatar-se-ia, por certo (o que, aliás, poderia ser confirmado,

[126] Eliseo Verón, *Condiciones de producción, modelos generativos y manifestación ideológica*, trabalho apresentado ao Primer Simposio Argentino de Semiología, Buenos Aires, 1970 (policopiado).

[127] Para uma pormenorizada caracterização destes obstáculos leia-se a parte I deste trabalho.

parece-nos, pelas próprias formulações de Bourdieu), que, também aqui, o modelo processual da determinação em última instância/dominação seria adequado para articular, por esta ordem, ideologias técnicas e especulativas. Só a pesquisa empírica poderá, em qualquer caso, confirmar tal presunção.

CONCLUSÃO

Dizíamos nas «Questões epistemológicas prévias», na parte I deste trabalho, que o objectivo de delimitação/inventariação de espaços conceptuais referidos ao objecto ideologias iria, na nossa proposta, transgredir de forma deliberada a compartimentação de conhecimentos que tradicionalmente o tem encerrado nos limites dum conjunto restrito de disciplinas, como a sociologia e a ciência política.

No momento de concluir estamos em condições de afirmar o que na altura ainda só podíamos anunciar como intenção.

Durante a parte do percurso em que esteve em causa a definição de prática ideológica, como também quando já era o problema da articulação de instâncias que mais nos preocupava, sempre a referida transgressão foi, de facto, não só notória, como decisiva para a obtenção dos resultados a que fomos chegando e que deixámos registados.

Assim, se na parte II pudemos derivar a especificidade do ideológico a partir dum exame relativamente circunstanciado das aquisições, como ainda de alguns *impasses* sintomáticos da linguística post-saussuriana e, em geral, das ciências da linguagem, incluindo o que poderá ser um esboço de teoria dos discursos, já no último terço do trabalho se definiram zonas de convergência entre, por um lado, a sociologia e a psicologia (a propósito do problema da socialização) e, por outro, a semiologia e a psicanálise (a propósito do modo como Herbert analisa a «forma de engendramento» dos objectos ideológicos).

Apesar de não encararmos a interdisciplinaridade como panaceia das ciências sociais, quer por pensarmos que no actual estádio do respectivo desenvolvimento é ainda a autodefinição de fronteiras que constitui a sua tarefa prioritária, quer por descrermos da existência dum corpo teórico central — isto é, uma teoria geral sobre as sociedades — capaz de operacionalmente conferir unidade e coerência às várias abordagens disciplinares, apesar de tais reservas, dizíamos, não podemos deixar de considerar o confronto disciplinar a que voluntariamente nos submetemos como exemplarmente produtivo e revelador. A afirmação genérica, que as páginas anteriores cabalmente autorizam, de que o processo de descompactificação das várias matrizes teóricas em ciências sociais passa inevitavelmente por esse confronto poderá mesmo constituir uma das conclusões mais positivas do trabalho que ora se conclui.

Não menos o terá sido a demonstração que permitiu restringir o nosso esforço de inventariação a uma só das problemáticas existentes de forma conflitual em sociologia. Sem cedermos à tentação de admitir que o espaço aí identificado com a dimensão significativa das sociedades se acha já devidamente compactificado e estruturado, pudemos, a partir dessa primeira demarcação, evitar o inventário aparentemente exaustivo, mas de facto enviesado, que um olhar desprevenido ou pretensamente ecléctico acabaria por promover. Teremos perdido em erudição; ganhámos, com certeza, em capacidade crítica.

A distinção entre ideologias e manifestações ideológicas e a denúncia de efeitos da coisificação de instâncias permitiram-nos, entretanto, afirmar sem ambiguidades que qualquer elemento do «universo dos observáveis» das ciências sociais, mesmo os que o senso comum ou os critérios do saber institucionalizado estritamente designam por «económicos» ou «políticos», possa ser analisado na perspectiva da produção social de sentido, isto é, como manifestação ideológica. Se não espanta que algumas afirmações de Bourdieu, como as que atribuem ao corpo a especial virtualidade de exprimir e simbolizar as oposições e distinções do arbitrário cultural, apoiem flagrantemente a tese que assumimos — a partir delas, com efeito, fica legitimada a abordagem de todos os comportamentos sociais como manifestações do trabalho ideológico na matéria significante do corpo —, vale a pena registar aqui, mas já pelo inesperado de que se reveste, o depoimento de um autor que, em sede disciplinar convencionalmente divorciada da «questão ideológica», aponta, embora indirectamente, no mesmo sentido.

Referimo-nos a Charles Bettelheim e ao seu *Cálculo Económico e Formas de Propriedade* [128]. Preocupado em definir a propriedade como «relação económica», ou seja, como poder de afectar os meios de produção a determinadas utilizações e de dispor dos produtos obtidos a partir desses meios, Bettelheim não deixa de acrescentar que ela implica «a existência de relações ideológicas»: a propriedade só «'funciona' como 'poder' enquanto é reconhecida como tal, isto é, enquanto não é posta em causa por um processo de luta ideológica de classe». Contrariamente ao que, em certa medida, decorre de certas teses althusserianas, o ideológico não é, pois, para Bettelheim, algo que se «acrescenta» ao económico para assegurar a reprodução deste; corresponde, bem pelo contrário, a uma dimensão de análise sem a qual a definição de «propriedade económica» perde todo o alcance teórico.

Evitando, por sistema, confundir produção com circulação de sentido, podemos também elaborar, a partir sobretudo da proposta teórico-epistemológica de Bourdieu, um núcleo de proposições adequado a dar conta da especificidade do processo de socialização numa perspectiva simultaneamente anti-individualista e anti-idealista. Relativamente ao modo convencional de tratar a questão da aprendizagem social, foi notória a ruptura: ampliou-se o conceito de aparelho ideológico ou de agente de socialização ao ponto de se ter afirmado que todos os comportamentos e objectos sociais são socializadores (isto é, analisáveis do ponto de vista desse processo); fundamentou-se a distinção entre instinto e consciência de classe, problematizando a própria inculcação do primeiro.

Uma última e breve nota.

A investigação teórica no domínio do ideológico, como, de resto, em qualquer domínio das ciências sociais, não pode subsistir sem de alguma forma se socorrer dos produtos obtidos no âmbito da análise de situações concretas.

Resultado de um trajecto interior à investigação propriamente teórica, tudo o que nas páginas interiores ficou dito, a título de inventário ou de sugestão, contém, pois, limites intrínsecos que importa não menosprezar; por isso é que, no momento em que se encerra este trabalho, aceitar o desafio da pesquisa empírica sobre a produção/circulação de sentido parece constituir a melhor forma de não o deixar morrer.

[128] Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1972.